

TVR
N.º 404, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 106/2020
OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.687, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 737, de 6 de maio de 2015 – Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense, no município de Tucumã - PA;
2. Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques-COHAB, no município de Tarauacá - AC;
3. Portaria nº 6.177, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Cultural Comunitária Gaivota, no município de Ubatuba - SP;
4. Portaria nº 6.687, de 6 de janeiro de 2016 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, no município de Lebon Régis - SC;
5. Portaria nº 6.692, de 6 de janeiro de 2016 – Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP), no município de Pacaembu - SP;
6. Portaria nº 75, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Venturosa FM, no município de Venturosa - PE;
7. Portaria nº 82, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza, no município de Coronel Ezequiel - RN;
8. Portaria nº 149, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM, no município de Batayporã - MS;
9. Portaria nº 176, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Rádio Comunitária Madre FM, no município de Madre de Deus - BA;
10. Portaria nº 522, de 9 de maio de 2016 – Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo, no município de Poço Fundo - MG;
11. Portaria nº 536, de 9 de maio de 2016 – Associação de Moradores do Bairro Rosário, no município de Nazareno - MG;
12. Portaria nº 547, de 9 de maio de 2016 – Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa, no município de Capivari - SP;
13. Portaria nº 775, de 9 de maio de 2016 – Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari, no município de Coari - AM;

14. Portaria nº 785, de 9 de maio de 2016 – Associação São José Operário, no município de Matão - SP;

15. Portaria nº 792, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré, no município de Manacapuru - AM;

16. Portaria nº 1.953, de 10 de maio de 2016 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem, no município de Santana da Vargem - MG;

17. Portaria nº 574, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos, no município de Raposos - MG;

18. Portaria nº 587, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Voz Serrana, no município de Correia Pinto - SC;

19. Portaria nº 1.106, de 7 de junho de 2017 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Monte Santo de Minas, no município de Monte Santo de Minas - MG;

20. Portaria nº 1.110, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense, no município de Serra Redonda - PB;

21. Portaria nº 1.824, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias, no município de Antônio Dias - MG;

22. Portaria nº 1.869, de 7 de junho de 2017 – Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, no município de Brejo Santo - CE;

23. Portaria nº 1.911, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL, no município de Abreu e Lima - PE;

24. Portaria nº 1.930, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Buíque FM, no município de Buíque - PE;

25. Portaria nº 1.996, de 7 de junho de 2017 – Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade, no município de Palmeira dos Índios - AL;

26. Portaria nº 2.181, de 7 de junho de 2017 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Campo Grande Recife PE ARCAMG – Tropical FM, no município de Recife - PE;

27. Portaria nº 2.186, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Comunitária, no município de Duartina - SP;

28. Portaria nº 2.619, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE, no município de Lambari - MG;

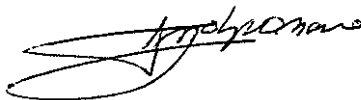
29. Portaria nº 3.003, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis, no município de Junqueirópolis - SP;

30. Portaria nº 3.170, de 28 de setembro de 2017 – Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária, no município de Belo Horizonte - MG;

31. Portaria nº 3.278, de 28 de setembro de 2017 – Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales, no município de Cândido Sales - BA;

32. Portaria nº 6.741, de 16 de janeiro de 2018 – Associação do Bairro Santo Antônio, no município de Santa Cruz da Vitória - BA;
33. Portaria nº 7.224, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela, no município de Mirabela - MG;
34. Portaria nº 7.233, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D'Oeste, no município de Santa Bárbara D'Oeste - SP;
35. Portaria nº 7.580, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol, no município de Capitão Enéas - MG;
36. Portaria nº 7.581, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Imprensa FM, no município de Monteiro - PB;
37. Portaria nº 1.696, de 4 de abril de 2018 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor - GO, no município de Ouvidor - GO;
38. Portaria nº 3.195, de 5 de julho de 2018 – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA), no município de Iguatu - CE;
39. Portaria nº 5.177, de 8 de novembro de 2018 – Associação Comunitária Dehoniana, no município de Pindaré Mirim - MA; e
40. Portaria nº 5.959, de 22 de novembro de 2018 – Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema, no município de Capanema - PR.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Capanema', written over a horizontal line.

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018692/2014-79, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, inscrita no CNPJ nº 03.459.194/0001-86, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23337/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6687, de 06 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 6687/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/01/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0874996** e o código CRC **6196AE84**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35859/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.018692/2014-79.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4681417** e o código CRC **D88D1374**.

MC

53900.018692/2014-79

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

A ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.459.194/0001-86, com sede à Rua Arthur Barth, s/n. Centro, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina. CEP 89.515-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 2759-MC datada de 02/12/2002, publicada no Diário Oficial da União 04/12/2002 e Decreto Legislativo nº 1030-CN, datado de 17/11/2004, publicado no Diário Oficial da União 18/11/2004, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Lebon Régis-SC, 29 de julho de 2014.



ANICE VEIGA SILVEIRA

CPF: 386.365.149-91

Representante legal

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
ANICE VEIGA SILVEIRA (DPQ36942-X7D2) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 2,40 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,48 | Total R\$ 3,88 | Recibo Nº: 20840
Confira os dados do ato em <http://silo.tj.sc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL

Em 25/09/14 às _____


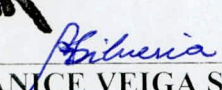
Nome Legal Barbara Gomes

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462,
DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.**

(Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

ANICE VEIGA SILVEIRA
CPF: 386.365.149-91
Representante legal

Endereço para correspondência : **Rua Arthur Barth, s/n, Centro na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, CEP 89.515-000**
Telefone para contato: (049)247-1161.
Correio eletrônico (e-mail) **aniceveiga@yahoo.com.br.**

Carimbo no Verso

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
ANICE VEIGA SILVEIRA (DPQ36943-301E) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 2,40 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,48 | Total R\$ 3,88 | Recibo N°: 20840.
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, inscrita no CNPJ sob n. 03.459.194/0001-86, com sede à Rua Arthur Barth, s/n, Centro, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, CEP 89.515-000, através de seu representante legal, declara para os devidos fins, que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Lebon Régis-SC, 29 de julho de 2014.



ANICE VEIGA SILVEIRA

CPF: 386.365.149-91

Presidente

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
ANICE VEIGA SILVEIRA (DPQ36946-M8DL) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 2,40 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,48 | Total R\$ 3,88 | Recibo Nº: 20640.
Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta





Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
CEZAR BORGES DOS SANTOS

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta

menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PELO DESENV.COM.DOS MEIOS DE COMUNIC.DE LEBON REG
CNPJ: 03.459.194/0001-86

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:43:36 do dia 19/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.459.194/0001-86
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
20/10/1999

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS MEIOS DE COMUNICACAO DE LEBON REGIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ADECOL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R ARTHUR BARTH

NÚMERO
S/N COMPLEMENTO

CEP
89.515-000 BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
LEBON REGIS

UF
SC

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
20/10/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **15/07/2014** às **16:58:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: ASSOCIACAO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS MEIOS DE
COMUNICACAO DE LEBON REGIS**

CNPJ: 03.459.194/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:21:38 do dia 28/07/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/01/2015.

Código de controle da certidão: **C80F.DD87.F0FC.BC1F**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



**Preparar página
para impressão**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CONTRIBUINTE**

CNPJ/CPF: **03.459.194/0001-86**

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	140140122588611
Data Emissão:	10-07-2014 08:07:59
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	08-09-2014 08:07:59

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Imprimir

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03459194/0001-86

Razão Social: ADECOL

Endereço: RUA ARTHUR BARTH SN / CENTRO / LEBON REGIS / SC /
89515-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/09/2014 a 07/10/2014

Certificação Número: 2014090803451170262991

Informação obtida em 15/09/2014, às 15:05:41.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do
Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 207762014-88888194

Nome: ASSOCIACAO PELO DESENVOLVIMENTO
COMUNITARIO DOS MEIOS D

CNPJ: 03.459.194/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 28/07/2014.

Válida até 24/01/2015.

401
231

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON REGIS

Capítulo I

Da entidade, sede, duração e seus objetivos

Art.1º-A Associação pelo desenvolvimento Comunitário dos meios de comunicação de Lebon Régis, denominada como ADECOL, é uma organização civil, não governamental, sem distinção de sexo, de credo religioso ou político, de raça ou cor ou de deficiência (física, sensorial: visual ou audiovisual, mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, constituída por tempo indeterminado, fundada em 03/09/98 com foro e sede no município de Lebon Régis, no estado de Santa Catarina, com o número de associados ilimitados, regida por este Estatuto e por legislação vigente.

Art.2º-A ADECOL tem por objetivos PROMOVER:

- a) A democratização dos meios de comunicação em geral, com atuação imediata e constante, através de meios de democratização próprios ou alternativos.
- b) O espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas e democráticos.
- c) A luta em defesa da vida em todas as suas manifestações sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e social, sempre dentro dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos-ONU.
- d) Relações de amizade e solidariedade entre os associados e demais sociedades e ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais.
- e) Reuniões e encontros recreativos com cunho cultural, visando apoiar atividades e iniciativas em defesa das minorias discriminadas, contra todo o tipo de discriminação, preconceito ou marginalização.
- f) Atividades na área da Comunicação e Informação Comunitária (jornais, informativos, rádios comunitárias, teves comunitárias, etc...) e nas áreas de cultura e lazer (teatros, shows, gincanas, torneios, bailes e outros).
- g) Campanhas e ações em prol da melhoria da Saúde, Educação, Agricultura, Moradia, Geração de Empregos, Profissionalização de Trabalhadores/as e outras que melhorem a qualidade de vida da população lebonregense.

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TÍT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbrta
Rosa Apª Pitt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

ayes

✓

Disquevia

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TÍT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbrta
Rosa Apª Pitt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

CERTIDÃO (uso interno)

**CONFERE COM O ORIGINAL.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

FRAIBURGO/SC, 08 / 08 / 14.

Post

02
231

Parágrafo 1º - Inclui-se em Atividades na área da Comunicação e Informação Comunitária a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, cultural, artística, e informativa, respeitos aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade lebonregense mediante concessão, permissão ou autorização que lhe outorgada por ato do poder público competente para a exploração dos serviços de radiodifusão, exploração esta sujeita e de acordo com a legislação específica e regida por um regimento interno próprio.

Parágrafo 2º - A fim de cumprir com seus objetivos esta Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, a critério da Diretoria.

Capítulo II

Dos Poderes Diretivos

Art. 3º - A ADECOL será constituída por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste Estatuto com os seguintes órgãos diretivos:

- a) Assembleia Geral Ordinária (e Extraordinária)
- b) Diretoria Executiva Colegiada
- c) Conselho Fiscal

Capítulo III

Das competências

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Plt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

Art. 4º - A Assembleia Geral, constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos, é o órgão soberano desta associação. Reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre, por convocação da Diretoria executiva Colegiada, ou por um quarto dos sócios efetivos. A Assembleia Geral só se instalará com presença de, pelo menos 50 % (Cinquenta por Cento) mais de um dos sócios efetivos as decisões serão tomadas sempre pela maioria dos sócios presentes (exceto os casos previstos nes Estatuto), vetado o voto por procuração.

Parágrafo 1º - Serão tomados por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições dos órgãos diretivos.

Parágrafo 2º - Compete exclusivamente à Assembleia Geral Ordinária:

- a) Admitir novos sócios no quadro social.

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA

CONFERE COM O ORIGINAL.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 02/03/14.

O OFICIAL _____



OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC
CERTIDÃO (uso interno)
CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
FRAIBURGO/SC, 02/03/14.

OFÍCIO REG. CIVIL RES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Irene Leonir Prizzon Taglia - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sub
Rosa Apª PH Gatti - Esc. Aux
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2008 - FRAIBURGO - SC

103
1231

b) Estabelecer a contribuição financeira dos associados, que deverá ser isonômica.

c) Eleger a Diretoria Executiva Colegiada e o Conselho Fiscal.

d) Reformular os estatutos e os principais documentos da ADECOL quando as circunstâncias o exigirem.

e) Aprovar o Regimento Interno que regulamenta cada setor de atividades da ADECOL.

f) Apreciar e votar o Orçamento, o Balanço Anual e as contas do exercício anterior, assinado pela Diretoria Executiva Colegiada e pelos diretores de Finanças e Patrimônio.

g) Decidir sobre a filiação da ADECOL a organizações regionais, estaduais, nacionais e ou internacionais.

Parágrafo 3º- A Assembleia Geral Extraordinária convoca pela Diretoria Executiva Colegiada, autonomamente ou atendendo solicitação formal, por escrita a ela dirigida por alguma atividade meio ou por um quarto dos sócios efetivos rigorosamente em dia com suas obrigações sociais, sempre que assuntos relevantes o exigirem. A convocação será feita com um prazo mínimo de uma semana de antecedência.

Art. 5º- A Diretoria Executiva Colegiada é o órgão encarregado de coordenar a ADECOL e administrar suas atividades-meio, sendo composta por 9 (Nove) membros (homens e mulheres), conforme segue:

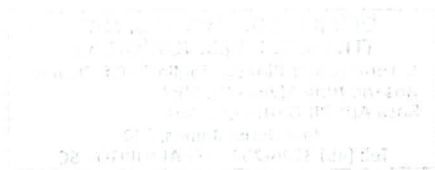
- *01 Diretor Presidente
- *01 Diretor Vice-Presidente
- *01 Secretário
- *01 Diretor do Departamento Jurídico
- *02 Diretores de Finanças e Patrimônios (primeiro e segundo)
- *01 Diretor Cultural, de Esporte e Lazer.
- *01 Diretor de Comunicação
- *01 Diretor de Políticas Sociais

Parágrafo 1º- Os membros da Diretoria Executiva Colegiada serão eleitos democraticamente, para um mandato de 02 (Dois) Anos, a Eleição deve garantir uma renovação de, pelo menos 50% (metade) dos membros. A escolha da Diretoria será realizada em Assembleia Extraordinária da qual participam os sócios efetivos, poderá votar e ser votado todo sócio efetivo em dia com suas obrigações junto à ADECOL.

super

Parágrafo 2º- A Diretoria deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, em datas e horários designados pela própria Diretoria e, extraordinariamente, quando for convocada pelos próprios diretores ou por alguma das atividades-meio, com pelo menos 48 (Quarenta e oito) horas de antecedência.

sigue



OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

**CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.**

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 08 / 07 / 14

O OFICIAL

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pft Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

fol
231

Parágrafo 3º-As reuniões,tanto ordinárias como extraordinárias,serão realizadas com maioria dos diretores presentes,sendo observado uma tolerancia de 15(Quinze) minutos.Ao fim deste prazo se realizará normalmente,desde que haja no mínimo um terço dos diretores.

Parágrafo 4º-E vedada a frequencia de pessoas estranhas às reuniões da diretoria,salvo quando vier a tratar de assuntos da ADECOL,ou quando convidada por qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo 5º-Perderá o cargo automaticamente o Diretor que faltar 03(Tres) reuniões consecutivas ou 05(Cinco) alternadas,sem justificativa alguma,ou ferir os princípios que regem este estatuto.

Parágrafo 6º-Todo assunto discutido em reuniões da Diretoria deverá ter caráter comunitário,relacionado aos princípios e fins da Associação,sempre com pensamento no bem comum.

Art.6º-O Conselho Fiscal,orgão técnico de inspeção e fiscalização da gestão financeira da Associação,é composto por 05 (Cinco) membros efetivos,e dois suplentes,eleitos em sufrágio direto e secreto pelos associados para um mandato de 02(Dois) anos.A eleição do conselho Fiscal se realizará durante Assembléia Ordinária da ADECOL.Terá direito a votar e ser votado todo sócio(fundador,colaborador,bememérito e efetivo)em dia com suas obrigações e presente na Assembléia.

Parágrafo Unico-O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado.

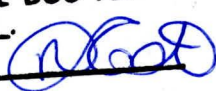
Capítulo IV

Aos Diretores Compete

Art.7º-Ao Diretor-Presidente compete:

- a)Convocar e Coordenar as Assembléias Gerais Ordinárias.
- b)Em conjunto(ou separadamente)administrar a entidade,representá-la ativa e passivamente,em juízo e nas relações externas e,coordenar as reuniões da Diretoria Executiva.
- c)Rubricar correspondencias dirigidas ao poder público e autoridades de hierarquia superior .
- d)Rubricar em conjunto com o Diretor de Finanças e Patrimonio todos os livros fiscais.
- e)Assinar,sempre com 01(UM) Diretor de Finanças e Patrimonio,cheques e quaisquer documentos que envolvam responsabilidades financeira.

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Plazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pft Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC
CERTIDÃO (uso interno)
CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
FRAIBURGO/SC, 09/07/14. 
O OFICIAL _____

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pitt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Feli (49) 3248-2048 - FRAIBURGO - SC

231

f) Assinar, sempre com o Secretário, todos os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc...

Parágrafo Unico-O Diretor Vice-Presidente auxilia e substitui o Diretor Presidente em sua ausencia

Art. 8º-Ao Diretor Secretário compete manter em ordem toda documentação em ordem da ADECOL, redigir Atas nas reuniões, providenciar as correspondências dos Departamentos e zelar pela ordem nos serviços gerais da Secretaria.

Parágrafo Unico-Em reuniões que o Diretor Secretário estiver ausente, outro diretor assumirá a lavratura da Ata.

Art. 9º-Ao Diretor do Departamento do Jurídico compete defender as lutas e interesses da ADECOL, em todas as causas nas instâncias necessárias e acessorar juridicamente os demais departamentos e atividades-meio da mesma.

Art. 10º-Ao Primeiro Diretor de Finanças e Patrimonio compete:

a) Cuidar e zelar pelo Patrimonio da entidade e sua respectiva manutenção.

b) Administrar financeiramente a Associação, ter sob sua guarda os bens e valores da ADECOL, arrecadar as contribuições dos associados e assinar recibos e demais com provantes.

c) Assinar cheques, em conjunto com o Diretor-Presidente.

Parágrafo Primeiro- A Entidade deverá manter uma conta corrente em conceituado banco, conhecido e com agencia em Lebon Régis, em Conta Conjunta do Diretor-Presidente e dos Diretores de Finanças e Patrimonio (primeiro e segundo).

Parágrafo Segundo-O Segundo Diretor de Finanças e Patrimonios auxilia e substitui o Primeiro na sua ausencia. Ambos devem, em conjunto, propor formas de arrecadação para a entidade.

Art. 11º-Ao Diretor Cultural, de Esportes e Lazer compete:

Parágrafo Primeiro-Expandir e propagar a entidade e as manifestações culturais de comunidade, através de eventos e atividades promovidos para tal fim.

Parágrafo Segundo-Manter contato permanente com os demais grupos culturais e de natureza artística, movimentos sociais, mantendo a entidade sempre bem informada sobre a conjuntura local, regional, nacional e internacional.

Parágrafo terceiro-Cuidar de todas as atividades esportivas e recreativas da ADECOL, promovendo e garantindo a participação efetiva de todos os associados e, dentro do possível, dos demais membros da comunidade.

2106
231

Art.12º- Ao Diretor de Comunicação compete organizar eventos, concursos, conteste, etc..., manter relações com os clubes, meios de comunicação, sociedades e demais entidades afins, dentro e fora do município, do estado e do país.

Parágrafo Primeiro-Propagar o nome da ADECOL, em todos os veículos de comunicação possível e coordenar suas atividades comunitárias na área de comunicação, tais como: rádio, jornais, revistas, teves, etc...

Art.13º- Ao Diretor de Políticas Sociais compete elaborar trabalhos sociais, nas seguintes áreas: adolescentes, portadores de deficiências, alcoólatras, doentes, sem-terra, idosos, meninos e meninas de rua, atéticos, desabrigados, desempregados, e demais excluídos, assim como atuar nas áreas de integração sócio-ecológica, nas lutas contra a discriminação racial, gênero e violência sexual, aborto, etc..., integrando-se na construção de uma sociedade realmente justa, igualitária, fraterna e humana.

Capítulo V

Dos Associados, Direitos e Deveres

Art.14º- O quadro associativo da ADECOL se compõe das seguintes categorias: sócios fundadores, sócios beneméritos, sócio colaboradores e sócios efetivos. Quem aprova a admissão de novos sócios é a Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro-São sócios-fundadores todas as pessoas que participaram da Assembléia de Fundação da ADECOL e assinaram a Ata de Constituição. Os sócios-fundadores passam a ser sócios-efetivos no momento em que pagam a taxa de admissão, com direito imediato a votar e ser votado.

Parágrafo Segundo-Pode ser admitido na categoria de sócio-benemérito toda associação civil sem fins lucrativos (legalmente instituída e devidamente registrada), com sede em Lebon Régis-S.C. Tais como: associação de moradores, associação de Pais e Professores, associações religiosas, associações profissionais, cooperativas, sindicatos, clubes de serviço e associações culturais, desportiva e lazer. A entidade sócio-benemérito indicará a pessoa que a representará nas atividades da ADECOL sem direito a voto, exceto em casos previstos nos regimentos internos das atividades-meio da ADECOL.

Parágrafo Terceiro-Pode ser admitida na categoria de sócio-colaborador toda pessoa física, brasileira, residente no município de Lebon Régis-S.C., que aceite as normas deste Estatuto e contribua financeiramente com a ADECOL. O sócio-colaborador gozará de todos os privilégios que gozam os sócios efetivos, exceto o direito de votar e ser votado.

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC
CERTIDÃO (uso interno)
CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
FRAIBURGO/SC, 05/07/14.
O OFICIAL _____

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

**CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.**

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 05/07/14.

O OFICIAL _____

**OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS**
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Resane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pkt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

231

Parágrafo Quarto-Poderá ser promovido a categoria de sócio efetivo todo sócio colaborador que, estando pelo menos 02 (dois) anos no quadro social, tenha-se mostrado participativo e defensor dos princípios e fins da ADECOL. O procedimento será o seguinte: o sócio interessado solicita (por escrito) a sua promoção junto a Diretoria Executiva Colegiada, a Diretoria analisa a solicitação e, se ela for aprovada por 2/3 dos diretores será encaminhada a Assembleia Geral. Será considerada aceita a solicitação que for aprovada pela Assembleia Geral na forma deste Estatuto.

Art. 15º-São direitos do Associado:

- a) Frequentar a sede da entidade e participar de suas atividades.
- b) Recorrer a Diretoria ou ao Conselho quando sofrer penalidades que julgar injustas.
- c) Solicitar da Diretoria esclarecimentos que julgar necessários.
- d) Representar a entidade em outras associações em festividades quando indicado pela Diretoria.
- e) Tomar parte nas Assembleias Gerais e nelas apresentar proposta, podendo inclusive votar e ser votado.
- f) Apresentar novos sócios para a aprovação da Diretoria e solicitar a sua própria retirada do quadro de associados, se desejar.

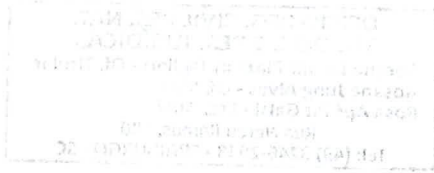
Art. 16º -São deveres do associado:

- a) Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas pela Assembleia, mediante comprovante.
- b) Em caso de apresentar chapas para disputar a Diretoria da entidade, deverá constar obrigatoriamente proposta de trabalho a ser desenvolvido durante a gestão.
- c) Comparecer as reuniões quando convocado, evitando que os trabalhos sejam perturbados com discussões secundárias:
- d) Comunicar à Secretária qualquer alteração de endereço ou ausência da cidade, quando intergente de alguma atividades da entidade.

Capítulo VI

Do Patrimônio da Entidade

Art. 17º- A ADECOL se mantém da contribuição de seus associados, doações, subvenções sociais e promoções comunitárias diversas.



OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

**CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.**

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 09 / 07 / 14.

O OFICIAL _____

**OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS**
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pft Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

105
1231

Art.18º- As formas de contribuição dos sócios são a taxa de admissão e a mensalidade.

Parágrafo Primeiro-Para efetivar a associação,depois da aprovação da Assembléia Geral, sócio deverá imediatamente pagar a taxa de admissão,conforme a categoria que se enquadrar:sócio-efetivo 2% de seu vencimento mensal),sócio benemérito (o equivale a 30% do salário mínimo) e sócio-colaborador (2% de seu vencimento mensal).Para associação de pessoas que não tenham renda fixa a taxa de admissão será o equivalente a 3% (tres por cento)do Salário Mínimo.

Parágrafo Segundo-Cada sócio.Mensalmente contribuirá com a ADECOL,no mínimo com o seguinte valor:sócio-colaborador (0,5% de seu vencimento mensal),sócio-efetivo(1% de seu vencimento mensal),sócio-benemérito (0,05 do S.M.Para cada membro do quadro social da entidade).Pode-se negociar outras formas de contribuição,desde que aprovada em Assembléia Geral.

Art.19º- todos os bens existentes ou que venham a ser incorporado são de prioridade da entidade,sendo proibida a venda,donação de instrumentos por qualquer bem do mesmo,pelos sócios ou qualquer diretor,constituindo desta maneira falta grave.

Parágrafo Unico-Em caso de dissolução da ADECOL, a Assembleia Geral de Dissolução destinara os bens a entidades similares que rezam pelos princípios estabelecidos por este Estatuto.

Capítulo VII

Das penalidades

Art 20º-As penalidades a serem aplicadas são as seguintes:

Parágrafo Primeiro: Advertencia por escrito,quando o sócio violar alguma norma deste Estatuto ou manifestar atitudes que contrariem decisões da Assembléia.

Parágrafo Segundo-Proibição de entrar na sede da ADECOL ou de atividades-meio e participar de qualquer ato e ou evento,por tempo determinado,quando desrespeitar normas contidas neste Estatuto ou no Regimento Interno da atividade-meio em questão,necessárias para o seu bom funcionamento.

Parágrafo Terceiro-Suspensão pelo prazo de oito dias á dois Anos,quando difamar a associação ou seus órgãos representativos ou receber pela segunda vez uma das penalidades previstas nos parágrafos 1º ou 2º deste Artigo.

for
11

Disquieira

111
↓

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Plt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 09.07.14.

O OFICIAL

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS

Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Plt Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

109
231

Parágrafo Quarto-Desligamento permanente, quando cometer falta muito grave contra a associação e seus Estatutos, ou receber pela segunda vez uma das penalidades previstas no parágrafo terceiro deste artigo. Ao sócio acusado será assegurado prévia defesa, cabendo-lhe recurso em última instância a Assembléia Geral.

Parágrafo Quinto-Ao sócio que se desligar por vontade própria será possibilitada a readmissão, mediante nova proposta, aprovada pela Assembléia. Ao sócio que for afastado não será permitida sua readmissão. Em qualquer uma das hipóteses o associado não terá direito a raver as contribuições que deu enquanto fez parte do quadro associativo.

Capítulo VIII

Disposições Gerais

Art. 21º- É proibido o uso do nome da Entidade, por quem quer que seja, onde for, sem autorização prévia por escrito da Diretoria.

Art. 22º- Os sócios não responderam, mesmo que subsidiariamente, pelas obrigações contratadas em nome da entidade.

Art. 23º- Este Estatuto só poderá ser alterado em assembleia Geral dos Associados, convocada especialmente para este fim. Qualquer mudança só será possível se obtiver aprovação de 2/3 (Dois terços) dos sócios-efetivos presentes na Assembléia.

Art. 24º- O tempo da entidade é indeterminado e para que a mesma se dissolva, terá que haver uma Assembléia geral, convocada especialmente para tal fim. Instalada conforme rege este Estatuto, e obter a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

Art. 25º- Este Estatuto, devidamente aprovado e Rubricado pela Diretoria Executiva Colegiada entrará em vigor na data de sua aprovação substituindo o anterior em sua totalidade sito dia dez de setembro de mil novecentos e noventa e oito. No último ponto foi discutido e eleito a Diretoria a seguir constituída:

Diretor Presidente: Julio César Gomes

Vice-Presidente: Anice Veiga Silveira

Secretária: Janete Dias Siqueira

Diretor do Departamento Jurídico: Volnei França

Diretores de Finanças e Patrimônio: Luis Selomar Ribeiro
Pedro Adelmir do Prado

Diretor Cultural de Esportes e Lazer: Milton Coelho

Diretor de Comunicação: Gerson Nunes

Diretor de Políticas Sociais: Darci Borges dos Santos

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pit Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC

CERTIDÃO (uso interno)

CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA

CONFERE COM O ORIGINAL.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FRAIBURGO/SC, 03.07.14.

O OFICIAL _____

[Assinatura]

**OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS**

Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular

Rosane Jung Alves - Of. Sbtª

Rosa Apª Plt Gatti - Esc. Autª

Rua Nereu Ramos, 280

Tel: (49) 3246-2048 • FRAIBURGO - SC

Handwritten signature and date 25

Art. 26º O presente Estatuto será registrado em Cartório de Pessoas Jurídicas da Comarca de Fraiburgo.

O Presente Estatuto foi aprovado por unanimidade, sem qualquer ausência e nem modificação, em Assembleia Geral, realizada aos dez dias do mês de Setembro de um mil novecentos e noventa e oito, conforme ata, lavrada as folhas 01 a 11, livro 01.

Lebon Régis, 10 de setembro de 1.998

Handwritten signature: J. Cezar Gomes
JULIO CEZAR GOMES
Presidente da Assembleia
Handwritten signature: Janete Dias Siqueira
JANETE DIAS SIQUEIRA
Secretária

VISTO:

Handwritten signature: Volnei Franca
VOLNEI FRANCA - Advogado OAB 4765

Handwritten signature: Oficial
Oficial

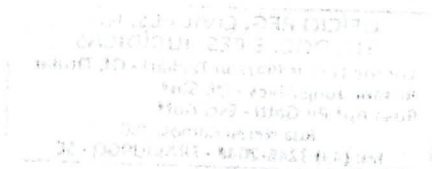
TABELIONATO SILVA LEBON RÉGIS - SC	Reconheço verdadeira a(s) firma(s) de	Assis Rodrigues da Silva Tabelião
	<i>Indicadas</i>	
	Lebon Régis, 30/09/1998	
	Em test. da verdade.	


Handwritten signature: Simone de Lurdes Teles
Tabelião

TABELIONATO SILVA
FONE (049) 247-0148
LEBON RÉGIS - SC
Simone de Lurdes Teles
Escritora Autorizada

Registro em 11.09.98 - Fraiburgo - SC
Oficial Designada: Rosane Jung Alves
Rua Nereu Ramos, 160 - Centro CEP 89880-000 Fraiburgo-SC
Protocolado SOB nº 004793 no livro A-03
Registrado SOB nº 000231 de 115 556 no livro A-03
Fraiburgo, 05/10/1998

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. E DOC. - PES. JURÍDICAS
Rosane Jung Alves OF. DESIGNADA
Milton O. Jung OF. SUBSTITUTO
RUA NEREU RAMOS, 280 - FRAIBURGO - SC



OFÍCIO REG. CIVIL / TIT. DOC
CERTIDÃO (uso interno)
CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA
CONFERE COM O ORIGINAL.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
FRAIBURGO/SC, 09/07/14 
O OFICIAL _____

OFÍCIO REG. CIVIL PES. NAT.
TIT. DOC. E PES. JURÍDICAS
Lorene Leonir Piazzon Tagliari - Of. Titular
Rosane Jung Alves - Of. Sbtª
Rosa Apª Pit Gatti - Esc. Autª
Rua Nereu Ramos, 280
Tel: (49) 3246-2048 - FRAIBURGO - SC

Paulo Alves Delgado
Inventários 43 40 Selo 1 20
Mun. Régis - SC 22/12/2011 Oficial

Total 41

OFÍCIO DO REGISTRO CÍVIL
Assis Rodrigues da Silva
MUN. E COM. DE LEBON RÉGIS - SC
FONE: 49 3247-0148

Ata da Diretoria da ADECOL

Aos dezeses dias do mês de outubro de dois mil e doze reuniram-se nas dependências da Radio Nova FM a diretoria e funcionários para tratar sobre os seguintes assuntos, Eleição da nova diretoria da ADECOL - novos projetos para a associação em parceria com as Escolas e Uniarp. visando descobrir novos talentos - ficando definido que a Diretora da Colégio Frei Caneca Janete Dias Siqueira vai elaborar um projeto e irá repassar numa próxima reunião. quanto a eleição já foi feito o Edital de convocação e fixado nos pontos com grande circulação de pessoas ficando assim autorizado pelos presentes que os nomes constem na chapa não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião a qual foi lavrada em ata por mim lavrada e assinada pelos presentes na sequência Amilton Dias de Lima ~~Assis Rodrigues da Silva~~ ~~Denise Borba~~ ~~Assis Rodrigues da Silva~~ ~~Denise Borba~~

Carimbo no Verso



Ata da Eleição da Diretoria da ADECOL - 2012-2014

Aos vinte sete dias do mês de outubro do ano de 2012 (dois mil e doze) com início às 13:30h Trêze e Trinta horas e encerrou às 17:00hs (dezesete) conforme edital publicado em 11 (onze) de outubro. A eleição (votação) esteve sob a responsabilidade da Secretária Denise Borba e foi acompanhada por demais membros presentes. estavam inscritos vinte e quatro sócios com direito a voto dos quais compareceram 17 (dezesete). A votação foi secreta em cédula de papel contendo as opções SIM e NÃO. houve apenas uma chapa registrada em tempo hábil a qual foi eleita com 17 (dezesete) votos sim, havendo 7 (sete) abstenções. Com esse resultado a nova diretoria da ADECOL ficou assim constituída pelos membros eleitos Presidente: Anice Veiga Silveira, Vice Presidente: Carlos Ivan Zanotto, primeiro secretário: Amilton Dias de Lima, Segundo Secretário: Denise B. Borba

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71655-X4DM) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 19480

Selo Digital de Fiscalização DNV71655-X4DM

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 09 de julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



EM BRANCO



Certidão de Registro de Títulos e Documentos
Protocolo: 003038 Data: 16/01/2013 Qualidade: Integral
Registro: 002886 Data: 16/01/2013 Livro: 8-008 Folha: 372

Apresentante: ANICE VEIGA DA SILVEIRA
Emolumentos: Registro: R\$40,00; Selo: R\$1,36 - Total R\$41,36 - Recibo nº: 36

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - CYF88638-F7HX
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou-Fe, Lebon Régis - 16 de janeiro de 2013

ASSIS RODRIGUES DA SILVA - Oficial

Patrimônio Paulo Delgado, segundo
Marcia Ap. Farias, Diretor do Departamento Jurídico: Dorval Zanotto, Diretor de Cultura esporte e lazer: Juarez Gomes, Diretor de Políticas Públicas: Janete Dias Siqueira. Diretora de Comunicação: Marco Fernandes. Para o Conselho fiscal Marcos Antonio dos Santos, Marcos Antonio Yasenhuk, José Ribeiro. O Conselho Comunitario ficou formado por, Pedro Ademir do Prado, Luiz Francisco Tibes Moreira, Luiz Selomar Ribeiro e Cleuza Tomachelski ficando assim distribuídos os cargos e empossados os eleitos, nada mais havendo a tratar eu Amilton Dias de Lima lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada será assinada pela presidente Lebon Régis 27 de outubro de 2012. Amilton Dias de Lima

Carimbo no Verso

Ata da reunião da nova Diretoria - 2012-2014

aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e doze, reuniu-se nas dependências da Nova Fm a nova diretoria eleita no dia vinte e sete, para tratar sobre os seguintes assuntos:
1º Plano de Trabalho para os próximos dois anos, dando início a reunião a presidente Anice deu as boas vindas ao presentes e explicou a todos a situação da rádio até o atual momento, abrindo espaço para comentários e perguntas dos presentes, na sequência iniciou a discussão a respeito do plano de Trabalho para os próximos anos sendo que hoje a rádio está com as contas em dia e pode contribuir de uma forma mais efetiva com a comunidade ouvindo os presentes surgiu a ideia de fazer uma arrecadação de brinquedos e alimentos para ser distribuído no natal e a organização de um campeonato municipal de futebol ou campo ou de salão, ficando para ser decidido e conversado com a prefeitura para ver uma possível parceria, Também foi discutido e concordado por todos que a rádio precise de

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escritora Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Seio de Fiscalização Pago (DNV71654-9NFE) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 19460
Seio Digital de Fiscalização DNV71654-9NFE
Confira os dados do ato em <http://seio.tjcc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de Julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escritora Substituta



EM BRANCO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL, CONSELHO COMUNITÁRIO, ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E, MUDANÇA DE ENDEREÇO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO/ADECOL, REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUATORZE. (19/08/2014)

1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Ao dia dezanove do mês de agosto de dois mil e quatorze, às 19h00min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e comarca de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, sita à Rua Arthur Barth, s/n, Bairro Centro, CEP 89515-000. **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral extraordinária foi realizada conforme determina o Artigo 4º Parágrafo 3º do Estatuto Social, através de edital afixado na sede da ADECOL, com antecedência de 30 dias, e comunicado pessoalmente aos seus membros da Associação. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Presidente: Anice Veiga Silveira; Secretário: Amilton Dias de Lima. **5. ORDEM DO DIA:** **5.1 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Item I - Apreciar, homologar ou não o Relatório Anual da Diretoria Executiva, as contas e as Demonstrações Contábeis- Item II- Eleger a Diretoria, Eleger Conselho Fiscal, e Eleger Conselho Comunitário. Item III- Alteração do Estatuto Social. - Item IV- Mudança de Endereço da Sede. - Item V - Outros Assuntos de Interesse da Associação. **5.1.1 DELIBERAÇÕES:** Item I - A Senhora Presidente fez um breve relato sobre o Relatório Anual e da situação financeira da Associação, principalmente no que se refere à autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária junto ao Departamento de Outorga de Serviços do Ministério das Comunicações. Após o relato foram aprovados, por unanimidade pelos presentes todos os procedimentos executados. Item II - Foi apresentada uma única chapa para concorrer às eleições para um mandato de 4(quatro) anos que vigorará de 19 de agosto de 2014 a 19 de agosto de 2018, a votação foi secreta em cédula de papel contendo as opções SIM e NÃO, houve apenas uma chapa registrada em tempo hábil a qual foi eleita com 20 (vinte) votos sim, havendo 5 (cinco) abstenções. Com esse resultado a nova diretoria da ADECOL ficou assim constituída pelos membros eleitos, com a seguinte composição: **DIRETORIA:** Presidente: Anice Veiga Silveira, brasileira, viúva, professora aposentada, portadora da cédula de identidade RG:785.885, e CPF:386.365.149-91, residente à Rua Antonio Granemann de Souza, nº 502-Lebon Régis- SC. Vice Presidente: Marcia Aparecida Farias, brasileira, casada, Do Lar, portadora da cédula de identidade RG:1.333.738, e CPF:517.970.899-00, residente à Rua João Scheffmacher, nº 665- Lebon Régis-SC. Secretária: Roseli Aparecida de Lima, brasileira, solteira, Professora, portadora da cédula de identidade RG:10R/2.667.495, e CPF:799.733.889-68, residente à Rua Francisco Ribeiro da Silva, s/nº, Lebon Régis-SC. 1º Diretor de Finanças e Patrimônio: Arberto dos Santos, brasileiro, casado, vigia, portador da cédula de identidade RG 1.335.610, e CPF:400.682.779-20, residente a Rua Francisco Ribeiro da Silva, nº 765, Lebon Régis-SC. 2º Diretora de Finanças e Patrimônio: Cirene Ribeiro da Silva, brasileira, solteira, auxiliar de cozinha, portadora da cédula de identidade RG:4.840.039, e CPF:063.920.349-35, residente à Rua Salvador Caetano Neto, nº 280, Lebon Régis -SC. Diretora de Departamento Jurídico: Renildes Padilha Dias de Mello, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG:3.644.461, e CPF:022.597.649-83, residente à Rua Mauro Ramos, nº 298, Lebon Régis-SC. Diretor de Cultura Esporte e Lazer: Ezequiel Junior Rodrigues de Melo, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG:5247451; e CPF:079.280.299-36, residente à Rua João Granemann Sobrinho, nº 1047, Lebon Régis -SC. Diretor de Comunicação: Luis Selomar Ribeiro, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG:2.409.270-3, e CPF:732.714.209-63, residente à Rua Antonio Messias de Moraes, s/nº, Lebon Régis-SC. Diretora de Políticas Sociais: Rosemere Furtado de Oliveira Scheffmacher, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG:2.595.047, e CPF:725.486.909-97, residente à Rua Altino Guimarães, s/nº, Lebon Régis -SC. **CONSELHO FISCAL:** 1º Tania Fátima Moreira, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade RG:2.409.139, e CPF:824.852.839-15, residente à Rua Tiradentes, nº 746, Lebon Régis-SC. 2º Luiz Francisco Tibes Moreira, brasileiro, casado, produtor rural, portador da cédula de identidade RG:248.967-8, e CPF:182.405.009-78, residente à Avenida Santo Antônio, AP: 03, Lebon Régis-SC. 3º Zenita Alves Dos Santos, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade RG:10R/14333.751, e CPF:448.604.129-15, residente à Rua Pedro Deboni, Lebon Régis-SC. 4º Sérgio dos Santos Cruz, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG:3.887.253, e CPF:039.203.599-50, residente à Rua João Scheffmacher, s/nº, Lebon Régis- SC. 5º Camilo Gudini, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG:1.108.875-3, e CPF:506.185.129-34, residente à Avenida Santo Antônio, Lebon Régis-SC. 1º Suplente: Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora da cédula de identidade RG:1.106.083, e CPF:716.158.579-15, residente à Avenida Santo Antônio, s/nº, Lebon Régis-SC. 2º Suplente: Sirleny de Fátima Dias Sampaio Bortolozo, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG:1.916.871, e CPF:806.556.539-53, residente à Rodovia SC 355, Km:01, Lebon Régis-SC. **CONSELHO COMUNITÁRIO:** 1º-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA FREI CANECA (APP FREI CANECA), CNPJ:83.218.321/0001-94 Representante: Janete Dias Siqueira, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG:1.916.722, e CPF:016.25.699-76, residente à Rua Ivens de Araújo, nº 246-Lebon Régis -SC. 2º-MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR (MITRA CATÓLICA), CNPJ:83.059.758/0011-02 Representante: Valmir Pasa, brasileiro, solteiro, Padre, portador da cédula de identidade RG:3.569.505, e CPF:016.099.919-74, residente Avenida Santo Antônio, nº 560-Lebon Régis-SC. 3º-



Ass. Farias

1/1

Ass. Silva

Ass. Cruz

Ass. Tibes

EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37000-BWEJ) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 20681
Selo Digital de Fiscalização DPQ37000-BWEJ

Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



SINDICATO RURAL LEBON REGIS, CNPJ: 82.801.671/0001-16 Representante: Terezinha Ferlin Rizzo, brasileira, casada, Secretária, portadora da cédula de identidade -RG: 584.237-9; CPF: 015.974.729-56, residente à Rua Francisco Ribeiro Preto, s/nº, Lebon Régis- SC. 4º-IGREJA PRESBITERIANA DE LEBON REGIS, CNPJ: 75.3222.107/0001-55 Representante: Paulo Alves Delgado, brasileiro, casado, pastor, portador da cédula de identidade RG: 2.073.702; CPF: 763.166.379-34, residente à Rua Altamiro Guimarães, nº 826-Lebon Régis- SC. 5º ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL 30 DE OUTUBRO (APP ECOLA FUNDAMENTAL 30 DE OUTUBRO), CNPJ: 78.501.665/0001-76 Representante: Michele Padilha Silveira, brasileira, casada professora, portadora da cédula de identidade RG: 3.805.718, e CPF: 028.734.909-85, residente à Rua Ivens Araújo, s/n.-Lebon Régis-SC. -**Item III** - A Sra. Presidente explicou que devido a época o Estatuto Social foi alterado para se adequar ao código civil de 2002 e atender as exigências do Ministério das comunicações para executar o serviço de radiodifusão comunitária. -**Item IV** - Em seguida a Sra. Presidente explanou aos diretores e associados que a entidade tem necessidade urgente de mudar o endereço de sua sede, uma vez que o local onde ela se encontra foi solicitado e se faz necessária a transferência para um local mais amplo para melhor adequação da Sede. Expôs também que após as tratativas avançadas de um novo local já se concretizaram e o novo endereço da entidade passa a ser: Rua Waldir Ortigari s/n, Bairro Centro CEP 89515-000, Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina. Para tal, foi distribuído aos presentes cópias da minuta da alteração do Estatuto Social que se encontrava previamente pronta que após exaustivos debates foram votadas e aprovadas por unanimidade. -**Item V** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato continuo a Senhora Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** Eu, Amilton Dias de Lima, secretário da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os diretores

Anice Veiga Silveira
Presidente da Assembleia

Amilton Dias de Lima
Secretário da Assembleia

Marcia Aparecida Farias

Roseli Aparecida de Lima

Arberto dos Santos

Cirene Ribeiro da Silva

Renildes Padilha Dias de Mello

Ezequiel Junior Rodrigues de Melo

Luis Selomar Ribeiro

Rosemery F. Schffmacher
Rosemery Furtado de Oliveira Scheffmacher

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrivente Substituta

Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas			
Protocolo: 000037	Data: 04/03/2014	Qualidade: Integral	
Registro: 000293	Data: 04/03/2014	Livro: A-001	Folha: 293
Apresentante: Anice Veiga da Silveira			
Emolumentos: Registro: R\$ 62,00, Selo: R\$ 1,46 - Total R\$ 63,46 - Recibo nº: 6707			
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DPL42000-YPRW			
Confira os dados do ato em http://selo.tjsc.jus.br/			
Dou fe, Lebon Régis - 04 de setembro de 2014			
ASSIS RODRIGUES DA SILVA - Oficial			

Carimbo no Verso



2/1
Carimbo no Verso

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ36998-0Y8T) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 20681
Selo Digital de Fiscalização DPQ36998-0Y8T

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ36998-GE2I) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 20681
Selo Digital de Fiscalização DPQ36998-GE2I

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

CIRENE RIBEIRO DA SILVA (DPQ36993-A78V) *****
AMILTON DIAS DE LIMA (DPQ36994-TRHM) *****

Emolumentos: 2 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 4,80 | 2 Selo de Fiscalização Pago R\$ 2,90 | Total R\$ 7,70 | Recibo N°: 20649

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

EZEQUIEL JUNIOR RODRIGUES DE MELO (DPQ36971-V8UV) *****
LUIZ SELOMAR RIBEIRO (DPQ36972-WFEY) *****
ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA SCHEFFER *****

Emolumentos: 3 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 7,20 | 3 Selo de Fiscalização Pago R\$ 4,36 | Total R\$ 11,56 | Recibo N°: 20644

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

(DPQ36973-BQV6) *****

ARBERTO DOS SANTOS (DPQ36974-TQ9T) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 2,40 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,48 | Total R\$ 3,88 | Recibo N°: 20644

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

ANICK VIEIRA SILVEIRA (DPQ36966-4B7W) *****

MARCIA APARECIDA FARIAS (DPQ36967-20FI) *****

ROSELI APARECIDA DE LIMA (DPQ36969-MRB6) *****

RENILDES PADILHA DE MELLO (DPQ36970-VQGP) *****

Emolumentos: 4 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 9,60 | 4 Selo de Fiscalização Pago R\$ 5,90 | Total R\$ 15,40 | Recibo N°: 20644

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 06 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

**ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE
LEBON RÉGIS**

Rua Waldir Ortigari, s/n, Centro, CEP:89515-000
Lebon Régis - SC

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º- A **Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis**, doravante denominada como **ADECOL**, uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede e foro na comarca de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, sita à Rua Waldir Ortigari, s/n, Bairro Centro, CEP:89515-000, fundada em três de setembro de mil novecentos e noventa e oito (03/09/1998).

Parágrafo Único - A Entidade reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A **Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis (ADECOL)**, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Carimbo no Verso



[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

Cartório Silva
Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37013-OVXD) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 20682

Selo Digital de Fiscalização DPQ37013-OVXD
Confira os dados do selo em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

- a) **Fundadores**, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **Contribuintes ou Efetivos**, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,
- c) **Honorários**, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

§1º - O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos ou dos conselhos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 13;
- b) Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- c) Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;
- d) Recorrer dos atos da diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos; e,
- e) Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Acatar os atos da Assembléia Geral e da diretoria;



EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrivente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37012-FNKB) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 20662

Selo Digital de Fiscalização DPQ37012-FNKB

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrivente Substituta



- b) Obedecer ao estatuto da entidade;
- c) Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;
- d) Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;
- e) Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;
- f) Comparecer em reuniões, quando convidado pela diretoria e Assembleias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
- g) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;
- h) Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,
- i) Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação.

Art. 10º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11º - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal; e,
- d) Conselho Comunitário.

Art. 12º - A ASSEMBLÉIA GERAL, órgão máximo de deliberação da Associação será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no último sábado do mês de novembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria com parecer do Conselho Fiscal, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A ASSEMBLÉIA GERAL poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A ASSEMBLÉIA GERAL deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º.

Carimbo no Verso



EM BRANCO

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37011-89V3) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,06 | Recibo N°: 20662

Selo Digital de Fiscalização DPQ37011-89V3

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou. 16, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



§4º - A ASSEMBLÉIA GERAL convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º.

§5º - As decisões da ASSEMBLÉIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes.

Art. 13º - A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor do departamento Jurídico, Diretor de Cultura esporte e Lazer, Diretor de Comunicação, Diretor de Políticas Sociais e dois Diretores de finanças e Patrimônio, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 4 anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da Associação poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições do §1º.

§2º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

§3º - Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 14º - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) **Compete ao Presidente:** Administrar e representar, juridicamente a Associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembléia Geral, contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria, cumprir, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria em Assembléia Geral e, realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação.
- b) **Compete ao Vice-Presidente:** Auxiliar o presidente em todas as suas competências, e, Substituir o presidente nas suas ausências e/ou impedimentos.

Carimbo no Verso



EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37010-WA9F) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,06 | Recibo N°: 20662
Selo Digital de Fiscalização DPQ37010-WA9F
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014
Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



- c) **Compete ao Primeiro Diretor de Finanças e Patrimônio:** superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentário da associação, apresentando um orçamento planejamento financeiro para a diretoria executiva arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas movimentarem as contas bancárias, assinando cheques conjuntamente com o Presidente assinar documentos que comportem responsabilidade da associação, em conjunto com o Presidente.
- d) **Compete ao Segundo Diretor de Finanças e Patrimônio:** Na falta do Primeiro Diretor de Finanças e Patrimônio assumir as atribuições básicas deste, acima especificadas, bem como auxiliar Diretoria Executiva, conforme prevê este Estatuto;
- e) **Compete ao Primeiro Secretário:** Auxiliar na administração da Associação; difundir e propagar os objetivos da Associação entre a comunidade e associados; Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à secretaria; e, organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
- f) **Compete ao Diretor de Comunicação:** Divulgar as reuniões e Assembleias aos associados, operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral, promover a divulgação do nome finalidade e realização da Entidade, coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade bem como documentos de leitura obrigatória, executar outras atividades que sejam determinadas pelo Conselho Comunitário.
- g) **Compete ao Diretor Cultural de Eventos, Esporte e Lazer:** Dirigir e supervisionar as atividades culturais promovidas pela Entidade, manter contato com os demais grupos sociais e culturais, promover, operacionalizar, e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral, e executar outras atividades inerentes à função.
- h) **Compete ao Diretor de Políticas Sociais:** Elaborar trabalhos sociais relacionados a integração de Adolescentes, portadores de deficiências, alcoólatras, idosos, sem terra, meninos e meninas de rua e demais excluídos, atuar nas áreas de integração social e, nas lutas contra discriminação racial, sexual e outros, integrando-se na construção de uma sociedade mais justa igualitária fraterna e humana.
- i) **Compete ao Diretor jurídico:** Orientar a Diretoria Executiva e demais órgãos da Entidade sobre a matéria de sua competência, adequando os fatos a legislação vigente e aplicável, redigir pareceres sobre assuntos encaminhados pelos órgãos da Entidade, atuar na defesa dos interesses da Entidade judicial e extrajudicialmente, tomando todas as medidas necessárias e indispensáveis para o perfeito implemento dos mesmos.

Art. 15º A administração da entidade será fiscalizada assídua e minuciosamente pelo Conselho Fiscal constituído por três membros efetivos, todos associados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, sendo permitida apenas reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ único - O associado não pode exercer cumulativamente, cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.

Art. 16º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, com participação de três de seus membros.

Carimbo no Verso

5



EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37009-EYRH) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 20662

Selo Digital de Fiscalização DPQ37009-EYRH

Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



Art. 17º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre atividades e serviços da Associação, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Conferir mensalmente o saldo numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da ASSOCIAÇÃO;
- c) Examinar se os montantes das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração; e,
- d) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes à Assembléia Geral.

Art. 18º - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§1º - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

§2º - O Conselho Comunitário será constituído somente após a outorga dada pelo Ministério das Comunicações para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 19º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

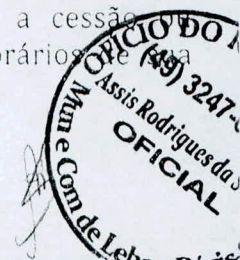
§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLÉIA GERAL.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 20º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de programação.

Brillo.
Carimbo no Verso



EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37008-NV82) = R\$ 1,46 | Total = R\$ 4,26 | Recibo N°: 20882
Selo Digital de Fiscalização DPQ37008-NV82
Confira os dados do selo em <http://selo.tjac.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de Setembro de 2014
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 21º - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e conselho fiscal e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 22º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§1º - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

Art. 23º - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a ASSEMBLÉIA GERAL, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 25º - O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLÉIA GERAL de 19/08/2014 e entra em vigor na data de sua averbação no cartório de pessoas jurídicas tornando expressamente revogadas as disposições anteriores.

Lebon Régis/SC, 19 de agosto de 2014.


ANICE VEIGA SILVEIRA
Presidente

Visto


ROSELI APARECIDA DE LIMA
Secretária


RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO
OAB/SC 27893

Carimbo no Verso



Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37014-SYA2) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 20662

Selo Digital de Fiscalização DPQ37014-SYA2

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37007-MAE4) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 20662

Selo Digital de Fiscalização DPQ37007-MAE4

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas

Protocolo: 000033	Data: 27/08/2014	Qualidade: Integral
Registro: 000291	Data: 27/08/2014	Livro: A-001 Folha: 291

Apresentante: Anice Velga Silveira

Emolumentos: Certidão de documentos registrados pela primeira folha: 7,80, de Fiscalização pago: 1,48 (DPL42001-7NHU) - Total R\$9,28 - Recibo nº: 6706

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DPL42001-7NHU

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 05 de setembro de 2014

Cartório Silva
Juliana Comper - Escrevente Substituta



PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA RÁDIO NOVA FM
DE SEGUNDA A SEXTA DAS 06h00min às 23h00min

HORÁRIO	06h00min às 08h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Programa do Zé Ribeiro
DESCRIÇÃO	Programa Destinado a Cultura e Tradição Gauchesca, Músicas, Notícias Locais.

HORÁRIO	08h00min às 10h00min
LOCUTOR:	Amilton Dias
PROGRAMA:	Bom dia Cidade
DESCRIÇÃO	Músicas de Diversos Gêneros, Dica da Dona de Casa, Saúde, Moda e Beleza, Mensagem do Dia.

HORÁRIO	10h00min às 12h00min
LOCUTOR:	Marcos Antônio
PROGRAMA:	Manhã Total
DESCRIÇÃO	Programa voltado à família Lebonregense, Notícias Locais, e Músicas de Vários Gêneros.

HORÁRIO	12h00min á 12h15min
LOCUTOR:	Michel Cruz
PROGRAMA:	Pare de Sofrer
DESCRIÇÃO	Igreja Universal do Reino de Deus, Música Gospel, Mensagem de Fé e Esperança para Comunidade.

HORÁRIO	12h15min às 13h00min
LOCUTOR:	Amilton Dias
PROGRAMA:	Jornal Local
DESCRIÇÃO	Jornal Informações Locais, Reportagens, Esporte, Cultura e outras Notícias.

HORÁRIO	13h00min às 13h30min
LOCUTOR:	Luiz Carlos Shimidt Carvalho
PROGRAMA:	Visita ao seu Lar
DESCRIÇÃO	Igreja do Evangelho Quadrangular, Música Gospel, Mensagem de Fé e Esperança para Comunidade.

HORÁRIO	13h30min às 17h00min
LOCUTOR:	Marcio Fernandes de Paula
PROGRAMA:	Show da Nova
DESCRIÇÃO	Músicas do Gênero Pop Rock Nacional e Internacional, e Diversas Notícias.

HORÁRIO	17h00min às 19h00min
LOCUTOR:	Denise Borba
PROGRAMA:	Conexão 104
DESCRIÇÃO	Músicas Sertaneja e Diversas Notícias, Hora Certa, Temperatura.

HORÁRIO	19h00min às 20h00min
LOCUTOR:	Voz do Brasil
PROGRAMA:	Voz do Brasil
DESCRIÇÃO	Voz do Brasil
HORÁRIO	20h00min às 23h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Programa do Zé Ribeiro
DESCRIÇÃO	Programa Destinado a Cultura e Tradição Gauchesca, Músicas, Notícias Locais.

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA RÁDIO NOVA FM

DE SÁBADO DAS 06h00min as 23h00min

HORÁRIO	06h00min às 08h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Programa do Zé Ribeiro
DESCRIÇÃO	Programa Destinado a Cultura e Tradição Gauchesca, Músicas, Notícias Locais.

HORÁRIO	08h00min às 10h00min
LOCUTOR:	Amilton Dias
PROGRAMA:	Bom dia Cidade
DESCRIÇÃO	Músicas de Diversos Gêneros, Dica da Dona de Casa, Saúde, Moda e Beleza, Mensagem do Dia.

HORÁRIO	10h00min às 12h00min
LOCUTOR:	Marcos Antônio
PROGRAMA:	Manhã Total
DESCRIÇÃO	Programa voltado à família Lebonregense, Notícias Locais, e Músicas de Vários Gêneros.

HORÁRIO	12h00min à 12h45min
LOCUTOR:	Paulo Delgado
PROGRAMA:	Presbiteriana
DESCRIÇÃO	Igreja Presbiteriana do Brasil, Música Gospel, Mensagem de Fé e Esperança para a Comunidade.

HORÁRIO	12h45min à 13h00min
LOCUTOR:	Michel Cruz
PROGRAMA:	Pare de Sofrer
DESCRIÇÃO	Igreja Universal do Reino de Deus, Música Gospel, Mensagem de Fé e Esperança para a Comunidade.

HORÁRIO	13h00min à 13h30min
LOCUTOR:	Marcio Cunha Vieira e Marcio Senf
PROGRAMA:	Boas Novas de Salvação
DESCRIÇÃO	Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Música Gospel, Mensagem de Fé e Esperança para a Comunidade.

HORÁRIO	13h30min às 14h00min
---------	----------------------

LOCUTOR:	Valmir Pasa
PROGRAMA:	Sintonia com Deus
DESCRIÇÃO	Igreja Católica, Mensagem de Fé e Esperança para a Comunidade.

HORÁRIO	14h00min às 17h00min
LOCUTOR:	Marcio Fernandes de Paula
PROGRAMA:	Show da Nova
DESCRIÇÃO	Músicas do Gênero Pop Rock Nacional e Internacional, e Diversas Notícias.

HORÁRIO	17h00min às 20h00min
LOCUTOR:	Alex Moreira
PROGRAMA:	Paradão Sertanejo
DESCRIÇÃO	Música Sertaneja ,Informativo Esportivo,Hora Certa, Temperatura.

HORÁRIO	20h00min às 23h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Programa do Zé Ribeiro
DESCRIÇÃO	Programa Destinado a Cultura e Tradição Gauchasca, Músicas, Notícias Locais.

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA RÁDIO NOVA FM

DE DOMINGO DAS 07h00min às 23h00min

HORÁRIO	07h00min as 09h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Show de Bandas
DESCRIÇÃO	Programa com Bandas Variadas

HORÁRIO	09h00min às 10h00min
LOCUTOR:	Paróquia Santo Antonio
PROGRAMA:	Missa
DESCRIÇÃO	Transmissão Missa.

HORÁRIO	10h00min às 12h00min
LOCUTOR:	José Ribeiro
PROGRAMA:	Talentos da Nossa Terra
DESCRIÇÃO	Apresentação ao Vivo de Cantores Locais

HORÁRIO	12h00min às 23h00min
LOCUTOR:	Programado
PROGRAMA:	Programação Especial
DESCRIÇÃO	Programação Apenas Musical, Diversos Gêneros.

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON REGIS, inscrita no CNPJ sob n. 03.459.194/0001-86, com sede à Rua Arthur Barth, s/n, Centro, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, CEP 89.515-000, através de seus conselheiros, declara que a

programação da emissora de rádio, conforme a grade de programação anexa atende os objetivos e finalidades legais do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Lebon Régis(SC), 8 de agosto de 2014.

CONTEHEIROS:

J. Siqueira
Entidade: Associação de Pais e Professores da
Escola de Educação Frei Caneca
CNPJ:83.218.321/0001-94
Representante: Janete Dias Siqueira

Valmir Pasa
Entidade: Mitra Diocesana de Caçador
CNPJ:83.059.758/0011-02
Representante: Valmir Pasa

Rizzo
Entidade: Sindicato Rural Lebon Régis
CNPJ:82.801.671/0001-16
Representante: Terezinha Ferlin Rizzo

Paulo Alves Delgado
Entidade: Igreja Presbiteriana de Lebon Régis
CNPJ:75.322.107/0001-55
Representante: Paulo Alves Delgado

Michele Carlin Padilha
Entidade: Associação de Pais e Professores
da Escola de Ensino Fundamental 30 de Outubro
CNPJ:78.501.665/0001-76
Representante: Michele Carlin Padilha

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrivente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
JANETE DIAS SIQUEIRA (DPQ36954-GO0T) *****
VALMIR PASA (DPQ36955-JW3W) *****
TEREZINHA FERLIN RIZZO (DPQ36956-UMZI) *****
PAULO ALVES DELGADO (DPQ36957-REV2) *****

Emolumentos: 4 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 5,60 | 4 Selo de Fiscalização Pago R\$ 5,60 | Total R\$ 11,20 | Recibo Nº: 20842
Confira os dados do ato em <http://asilo.tj.sc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrivente Substituta

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrivente Substituta

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
MICHELE CARLIN PADILHA (DPQ36958-SB7B) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 2,40 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,48 | Total R\$ 3,88 | Recibo Nº: 20842
Confira os dados do ato em <http://asilo.tj.sc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de setembro de 2014

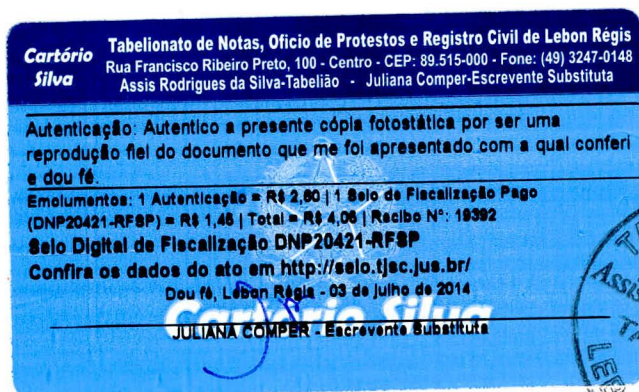
JULIANA COMPER - Escrivente Substituta

DOCUMENTOS

DOS

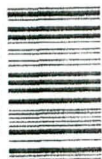
MEMBROS DA

DIRETORIA



vivoNº da Conta 2066903987
Mês de referência 05/2014
Período 16/04/2014 a 15/05/2014
Data de emissão 17/05/2014**www.vivo.com.br/meuvivo**Fale conosco Central de Relacionamento
*8486 ou www.vivo.com.br/faleconoscoTelefônica Brasil S.A.
Av. Trompowsky, 354 - Sares 901 e 902
CEP 88015-300 - Florianópolis - SC
I.E. 254433448
CNPJ Matriz 02.558.157/0001-62
CNPJ Filial 02.558.157/0013-04

53703908

ANICE VEIGA SILVEIRA
R ANTONIO GRANEMAN DE SOUZA, 502
CENTRO
89515-000 LEBON REGIS - SC**Vencimento**
01/06/2014**Total a Pagar - R\$**
22,47

Ative a Conta Online e receba por email um aviso quando a sua conta estiver disponível no Meu Vivo, seu canal de autoatendimento. Com ela você consulta sua conta detalhada e boleto para pagamento pela internet. Contribua para o meio ambiente, reduza a utilização de papel. Acesse www.vivo.com.br/meuvivo e cadastre-se agora.

Seus Números Vivo
49-9148-2151

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta

Vivo ValorizaSaldo de pontos acumulados 21.811
Na data de 10/05/14
Saldo referente a conta 2066903987 no
Vivo Valoriza. Para saldo atual envie SMS
com a palavra SALDO para 8011.

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
VIVO CONTROLE 22	1	1	22,00	-		22,00
Subtotal						22,00
Outros Lançamentos						
Encargos Financeiros						0,47
Subtotal						0,47
TOTAL A PAGAR						22,47

Cartório SilvaTabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20422-KO90) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 19392

Selo Digital de Fiscalização DNP20422-KO90Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 03 de Julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrivente Substituta

**MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ**

Com o Vivo Música by Napster você curte mais de 16 milhões de músicas no smartphone, tablet ou computador. Acesse ilimitado e escute o que quiser, crie playlists, compartilhe com seus amigos e faça downloads à vontade. Aproveite por R\$9,90/mês. Envie um SMS grátis com as letras VMT para 1515 e assine agora. Saiba mais em www.vivo.com.br/vivomusica

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

vivo

Nome do Cliente

ANICE VEIGA SILVEIRA

Vencimento

01/06/2014

Total a Pagar - R\$

22,47

Cód. Débito Automático 2066903987-4

Nº da Conta 2066903987

Mês Referência 05/2014

846200000004

224700690015

120669039873

051411406013

Autenticação Mecânica



Requerimento (D159383)

SE 83900-015022/2014-73 / pg. 60

ba22a4a319f432176893be0b4b0fa7ab



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
ANICE VEIGA SILVEIRA

OU

contra o CPF:
386.365.149/91

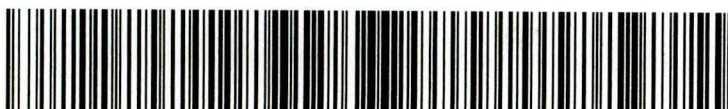
NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em ulgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 14:42 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ba22a4a319f432176893be0b4b0fa7ab**





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

FOLHA: 1/1

CERTIDÃO Nº:

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 25/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ANICE VEIGA SILVEIRA, portador do RG: 785885, CPF: 386.365.149-91, filha de joao maria da silva e adelina veiga da silva, nascida aos 22/07/1950. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ANICE VEIGA SILVEIRA**
Inscrição: **022976170957** Zona: 77 Seção: 39
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 22/06/1950 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: ADELINA VEIGA DA SILVA
JOAO MARIA DA SILVA

Certidão emitida às 13:57 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://apps.tse.jus.br/sae/missaoCertidaoCrimeEleitoral.do>, por meio do código **2EDY.33AX.RQCQ.SKEP**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **ANICE VEIGA DA SILVEIRA**

CPF: **386.365.149-91**

Endereço: **RUA ANTONIO GRANEMANN DE SOUZA, Número: 502**

Cidade: **LEBON RÉGIS**, Bairro: **Centro**, CEP: **89515.000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 03 de julho de 2014

JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos

1 Certidão - R\$ 7,95

1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20420-K6YD) - R\$ 1,45

Total: R\$ 9,40

Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

DNP20420-K6YD

Confira os dados do ato em:

<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
 Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
 Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20413-D96U) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 19390

Selo Digital de Fiscalização DNP20413-D96U

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 03 de julho de 2014

Cartório Silva
 JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	1.333.738
DATA DE EXPEDIÇÃO	13.09.1993.
NOME	MARCIA APARECIDA FARIAS
FILIAÇÃO	Alcebiades de Ávila Valeria Kocion de Ávila
NATURALIDADE	CURITIBANOS-SC.
DATA DE NASCIMENTO	10.01.1966.
DOC ORIGEM	Cert.Cas.nº587-L.B-1-Fls.590.- Cart.Rodrigues Silva-Lebon Régis-SC.-
CPF	517 970 899-00
SERGIO LUIZ RAPARELI ASSINATURA DO DIRETOR Ca. Set. Id. notificação LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 Mat. 196.514	

República Federativa do Brasil



Município de Lebon Régis
Distrito (Primeiro)

Graciliano de França Pinto

Oficial do Registro Civil

ASSIS RODRIGUES DA SILVA — ESCR. JTDO.

Certidão de Casamento

CERTIFICO que sob N.º 587 / à Fls. 590 / do livro N.º B.L. / de registro de casamentos, encontra-se o assento de matrimônio de GILMAR DE SOUZA FARIAS / e MARCIA APARECIDA DE ÁVILA / realizado aos 03 de setembro / de 1983 , às 17 / horas, perante o Juiz de Paz Alvaro Granemann / e as testemunhas (as constantes do termo) /

Ele, nascido em Lebon Régis - SC / aos 26 de agosto / de 1964 / de profissão comércio / residente n/ Cidade /

Filho de GENEROSO RIBEIRO DE FARIAS / e de dona MARIA LUIZA DE SOUZA RIBEIRO /

Ela, nascida em Curitiba - SC / aos 10 de janeiro / de 1966 / de profissão do lar / residente n/ Cidade /

Filha de ALCIRIADES DE ÁVILA / e de dona VALERIA KOCION DE ÁVILA /

A qual passou assinar-se " MARCIA APARECIDA FARIAS " /

O casamento foi realizado pelo regime da comunhão universal de bens / parcial de bens / OBSERVAÇÕES: /

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis, 02 de setembro / de 1983 /

Carimbo no Verso


OFICIAL /
Graciliano de França Pinto
Juiz de Paz

EM BRANCO

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DOH36463-KQR0) = R\$ 1,46 | Total = R\$ 4,06 | Recibo N°: 19814

Selo Digital de Fiscalização DOH36463-KQR0

Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis, 28 de julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta





Celesc
Distribuição S.A.

FAT-01-20141190517216-49
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única 2304457

Mes/Ano - Fatura No. Unidade Consumidora

06/2014 21040975

Dados do Consumidor
GILMAR DE SOUZA FARIAS
R JOAO SCHEFFRACKER, 665
89515000-CENTRO L. REGIS LIE-LEBON-REGIS-SC
Loc/Etapa/Liv:0510,15,004774 - Medidor: 1356845 - TENSÃO NOMINAL: 220V - V - GRUPO B
Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - MONOFASICO
Cod. Fiscal de Operação: 5.258 Tipo do Disjuntor: 50 PS [17,41.5]

Descrição do Consumo
Medidor: 1356845 Consumo Med/Fat: 285/285 Unidade de Medida: kWh
Leit. Atual: 36535 Número de Dias Faturado: 32 Origem da Leitura: LIDA
Leit. Anter: 36250 Consumo Médio Diário (kWh): 8,91 Fator de Potência:
Fator de Multiplicação: 1,00

Dados Importantes
Leit. Anterior: 22/06/2014 ABR/14 Meta Mensal: Meta Trim: Meta Anual Realizado
Leit. Atual: 23/06/2014 DIC 5,91 11,82 23,64 1,40
Emissão/Apresentação: 23/06/2014 PIC 3,61 7,22 14,45 1,00
Prox. Leitura: 21/07/2014 DMIC 3,46 0,00
Cong. ANEEL: (ACADOR CASTELHAN C) (R\$): 18,92

Histórico do Consumo

Mês	Consumo (kWh)
JUN/14	285
MAY/14	163
ABR/14	162
MAR/14	158
FEV/14	180
JAN/14	253
DEZ/13	160
NOV/13	192
OUT/13	145
SET/13	186
AGO/13	199
JUL/13	182
JUN/13	190

Discriminação do Faturamento

Item	Quant.	Tarifa TE	Valor TE(R\$)	Tarifa TU	Valor TU(R\$)	Total(R\$)
CONSUMO	150	0,234066	35,11	0,138666	20,80	55,91
CONSUMO	135	0,241481	32,60	0,164074	22,15	54,75
Subtotal 1						106,16
COSIP						6,95
BOMBEIROS						2,00
Subtotal 2						8,95

Composição do Preço (Art. 31 Resolução 166/2005)

Item	Valor (R\$)	Item	Valor (R\$)
ENERGIA	50,35	DISTRIBUICAO	22,25
TRANSMISSAO	3,42	TRIBUTOS	23,80
ENC. SETORIAIS	6,25	SOMA DEMONSTRATIVO	106,16

Tributos (incluídos) no Total a Pagar

Item	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	106,16	12/25	19,84
PIS/PASEP			0,75
COFINS			3,36

Mensagens
A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. No mês de junho vigorará a bandeira Vermelha, a qual implicará R\$ 0,030 de acréscimo ao valor da tarifa de Energia Elétrica (TE), líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.
NÃO A CORRUPÇÃO. CELESC COM VOCE: ENERGIA PARA A CIDADANIA.
O Conselho de Consumidores da Celesc realizará dia 25 de junho, às 09h00, na sede da Empresa, na Av. Itamarati, 160 Florianópolis, Audiência Pública para colher subsídios sobre a representatividade de entidades, conforme Resolução Normativa ANEEL 451/2011.

PAGAMENTO EM ATRASO
Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGM (pro rata die) + Juros da Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior.
Data de Vencimento: 11/07/2014
Valor Total a Pagar: R\$ 115,11

Reservado ao Fisco

Período Fiscal: 25/06/2014

8406.CA48.9233.B593.0413.E643.3882.5994



Celesc
Distribuição S.A.

PS [17,41.6]

Comprovante de Arrecadação
Autenticação no verso
36535-285-000-11-28-06

Mes/Ano - Fatura Data de Vencimento
06/2014 11/07/2014

Numero da Fatura **No. Unidade Consumidora** **Valor Total a Pagar**
01-20141190517216-49 21040975 R\$ 115,11

836000000015 151101620004 001010201414 190517216494



Cartório
Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva: Tabelião - Juliana Comper-Escriturante Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20416-NTHF) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,00 | Recibo Nº: 19390
Selo Digital de Fiscalização DNP20415-NTHF
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 03 de julho de 2014
JULIANA COMPER - Escriturante Substituta

Certidão

a23e4461458c833e88f46516afb958cf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
MARCIA APARECIDA FARIAS

OU

contra o CPF:
517.970.899/00

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 10:57 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **a23e4461458c833e88f46516afb958cf**





03/07/2014

1806660

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 1497296**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 03/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

MÁRCIA APARECIDA FARIAS, portador do RG: 1.333.738, CPF: 517.970.899-00, filha de Alcebiades de Ávila e Valeria Kocion de Ávila, nascida aos 10/01/1966. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, quinta-feira, 3 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:

1806660



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARCIA APARECIDA FARIAS**
Inscrição: **022993670930** Zona: 77 Seção: 41
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 10/01/1966 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: VALERIA KOCION DE AVILA
ALCEBIADES DE AVILA

Certidão emitida às 14:00 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: www.tse.jus.br, por meio do código **PA/J.JOJX.AGJU.YQØ3**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **MARCIA APARECIDA FARIAS**

CPF: **517.970.899-00**

Endereço: **RUA JOÃO SCHEFFMACHER, Número: 665**

Cidade: **Lebon Régis**, Bairro: **CENTRO**, CEP: **89515-000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 03 de julho de 2014



JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos

1 Certidão - R\$ 7,95

1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20419-MWLH) - R\$ 1,45

Total: R\$ 9,40

Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

DNP20419-MWLH

Confira os dados do ato em:

<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10R/2.667.495 DATA DE EXPEDIÇÃO 23.01.1.989

NOME ROSELI APARECIDA DE LIMA

FILIAÇÃO Jardimino Vicente de Lima
Jandira Dias de Lima

N ALIDADE Lebon Régis SC. DATA DE NASCIMENTO 16.10.1.973

DOC ORIGEM Cert. Nasc. nº 7.962; Liv. 15; Fls. 04/V.
Cart. Assis R. da Silva Com. Fraiburgo SC.

CPF 799.733.889/68

SERGIU LUIZ RAFAELI
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DOH36446-Q9NJ) = R\$ 1,46 | Total = R\$ 4,06 | Recibo Nº: 19808

Selo Digital de Fiscalização DOH36446-Q9NJ

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 28 de julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta





CTC FLORIANOPOLIS SC TTO PL9
ROSELI APARECIDA DE LIMA
R FRANCISCO RIBEIRO SILVA 246
CASA CENTRO
89515 - 000 LEBON REGIS SC

Atendimento Claro - Lique 1052.
Auto-Atendimento - Lique *1052#
Na Web - www.claro.com.br/minhaclaro
Visite nosso site: www.claro.com.br

Data de Vencimento: 10/07/14 - Data de Postagem: 02/07/14



7211343575005830000001322530020714

ClaroClube

Saldo de pontos em 17/06/14
Pontos resgatados em 05/14

193
0

Número do seu Claro	Período de Uso	Vencimento	Total a Pagar
49 8824 5735	de 24/05/2014 a 23/06/2014	10/07/2014	R\$ 20,93

Valor pago na última conta: R\$ 21,41

Veja aqui o que está sendo cobrado

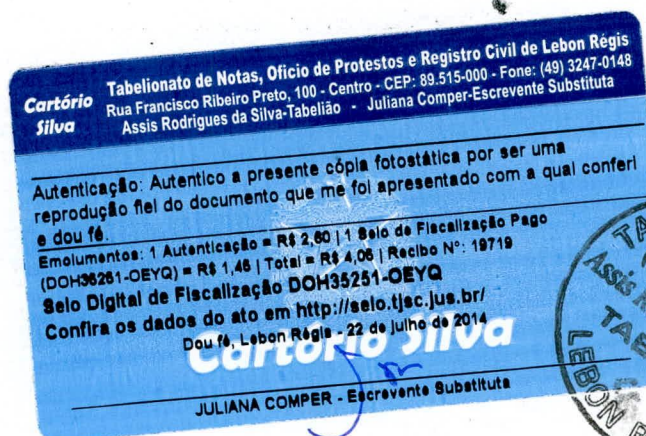
Individuais	
Assinatura Controle	R\$ 29,90
Descontos	R\$ -8,97
Total do Mês	R\$ 20,93

Total a Pagar	R\$ 20,93
---------------	-----------

Veja no verso os detalhes do seu plano e serviços.

Mensagens

No Canal Interativo da Claro você pode comprar pacotes, ativar diversos serviços, solicitar código de barras para pagamento, consultar pontos do Claro Clube, franquias de dados consumidos e muito mais. Lique grátis para *1052# e confira essas informações na tela do seu celular.



Certidão

96849f73d7b4d655e69c7f9fd4604a51



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
ROSELI APARECIDA DE LIMA

OU

contra o CPF:
799.733.889/68

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 15:44 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **96849f73d7b4d655e69c7f9fd4604a51**





25/07/2014

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 25/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ROSELI APARECIDA DE LIMA, portador do RG: 2667495, CPF: 799.733.889-68, filha de jardilino vicente de lima e jandira dias de lima, nascida aos 16/10/1973. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ROSELI APARECIDA DE LIMA**
Inscrição: **029558420957** Zona: 77 Seção: 40
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 16/10/1973 Domiciliada desde: 30/01/1992
Filiação: JANDIRA DIAS DE LIMA
JARDILINO VICENTE DE LIMA

Certidão emitida às 15:47 de 25/07/2014

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://apps.tse.jus.br/sae/emissaoCertidaoCrimeEleitoral.do>, por meio do código **FVBR.4ØRM.ØGQV.ØXAC**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **ROSELI APARECIDA DE LIMA**

CPF: **799.733.889-68**

Endereço: **FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA**, Número: **246**

Cidade: **Lebon Régis**, Bairro: **CENTRO**, CEP: **89515-000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 22 de julho de 2014



JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos
1 Certidão - R\$ 7,95
1 Selo de Fiscalização Pago (DOH35238-EHNQ) - R\$ 1,45
Total: R\$ 9,40
Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
DOH35238-EHNQ
Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1.335.610** DATA DE EXPEDIÇÃO **19/ABR/2010**

NOME **ARBERTO DOS SANTOS**

FILIAÇÃO **PAULINO PEDROSO DOS SANTOS**
ARLINDA MARIA GABRIEL

NATURALIDADE **LEBON RÉGIS SC** DATA DE NASCIMENTO **23/AGO/1950**

DOC. ORIGEM **CERT. CAS. 972 LV 05 FL 131**
CART. PINTO-LEBON RÉGIS SC

CPF **400.682.779-20**

Fluniquel A.C.
Miguel Acir Colzani
Perito Criminal
Gerente do Instituto de Identificação

FLORIANÓPOLIS - SC ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 **POLEGAR DIREITO**



Arberto dos Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
400.682.779-20

Nome
ARBERTO DOS SANTOS

Nascimento
23/08/1950

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escritora Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20320-VYL1) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 19386

Selo Digital de Fiscalização DNP20320-VYL1

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 02 de Julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escritora Substituta



ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE SANTA CECÍLIA



MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
DISTRITO (PRIMEIRO)

Fls. 131
GP

Graciliano de França Pinto
Oficial do Registro Civil

Certidão de Casamento

CERTIFICO que sob N.º 9 7 2.- Fls. 131 do livro N.º 5, cinco de registro de casamentos, encontra-se o assento de matrimônio de " ARBERTO DOS SANTOS " e " DORALICIA CORREIA DE SOUZA " realizado aos 4 de Abril.- de 1970, as 11,30 horas, perante o Juiz de Paz o cidadão Pedro Cardoso de Lima e as testemunhas Assis Rodrigues da Silva e Ambrosio Antunes de Souza residentes neste município.-

Ele, nascido neste Estado, e Município aos 23.- de Agosto de 1.950 de profissão l a v r a d o r residente neste Município

Filho de Paulino Pedroso dos Santos, já falecido e de dona Arlinda Maria Gabriel.-

Ela, nascida neste Estado e Município aos 20.- de Agosto de 1.948 de profissão Doméstica.- residente neste Município

Filha de Miguel Correia de Souza.-

e de dona Ana Pires de Souza, residentes n/Município.-

A qual passou assinar-se " DORALICIA CORREIA DOS SANTOS "

O casamento foi realizado pelo regime da comunhão universal de bens.

OBSERVAÇÕES: Primeira Via.-

..X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

.X.X.X.X.X.X.X.X.X

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis, 4 de Abril.- de 19 70

Graciliano de França Pinto
Oficial.-

Certidão . . Cr\$
Rasa . . . Cr\$
Busca . . . Cr\$
Total . . . Cr\$

CARTÓRIO DE PAZ
GRACILIANO DE FRANÇA PINTO



Celesc
Distribuição S.A.

FAT-01-20141215753379-40
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única 2171408

Nes/Ano - Fatura 07/2014 No. Unidade Consumidora 8859620

Dados do Consumidor

ALBERTO DOS SANTOS

CPF: 40068277920

R. FRANCISCO RIBEIRO SILVA

89515000-CENTRO L. REGIS LRE-LEBON REGIS-SC

Loc/Etapa/Liv:0510,15,004770 - Medidor: 705125 - TENSÃO NOMINAL: 220v - V - GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - MONOFÁSICO

Cod. Fiscal de Operação: 5.258

Tipo do Disjuntor: 30

FS [1.7.41.5]

Descrição de Consumo

Medidor	705125	Consumo Med/Fat	131/131	Unidade de Medida	KWh
Leit. Atual	7568	Número de Dias Faturado	28	Origem da Leitura	LIDA
Leit. Anter	7437	Consumo Médio Diário (Kwh)	4,68	Fator de Potência	
				Fator de Multiplicação	1,00

Dados Importantes

Dados Importações						
Leit. Anterior	23/06/2014	MAI/14	Meta Mensal Meta Trim. Meta Anual Realizado			
Leit. Atual	21/07/2014	DIC	5,91	11,82	23,64	0,95
Emissao/Apresentacao	21/07/2014	FIC	3,61	7,22	14,45	1,00
Prox. Leitura	21/08/2014	DMIC	3,46			0,95
			Percentual Cumulativo (%) 16,47			

Conj.ANEEL: CACADOR CASTELHAN CN (R\$): 16,47

Historico de Consumo

JUL/14	JUN/14	MAI/14	ABR/14	MAR/14	FEV/14	JAN/14	DEZ/13	NOV/13	OUT/13	SET/13	AGO/13	JUL/13
131	188	141	150	147	157	159	127	148	130	136	165	136

Discriminação do Faturamento

Item	Quant.	Tarifa TE	Valor TE(R\$)	Tarifa TU	Valor TU(R\$)	Total(R\$)
CONSUMO	131	0,208396	27,30	0,141603	18,55	45,85
Subtotal 1						45,85
COSIP						4,86
LBV EXTRA- 0800-0555099						7,00
ITESCARD 08006451008						29,00
Subtotal 2						41,66

Composição do Preço (Art. 31 Resolução 166/2005)

ENERGIA	23,15	DISTRIBUIÇÃO	10,22
TRANSMISSÃO	1,57	TRIBUTOS	8,04
ENC. SETORIAIS	2,87	SOMA DEMONSTRATIVO	45,85

Tributos (incluídos) no Total a Pagar

	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	46,85	12	5,69
PIS/PASEP			0,45
COFINS			2,10

Mensagens

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. No mês de julho vigorará a bandeira Amarela, a qual implicará R\$ 0,015 de acréscimo ao valor da tarifa de Energia Elétrica (TE), líquido dos tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.
NÃO A CORRUPÇÃO. CELESC COM VOCE: ENERGIA PARA A CIDADANIA.
Cadastre-se para receber sua fatura por e-mail. Acesse a Agência Web em www.celesc.com.br.
Em caso de falta de energia, comunique a Celesc enviando um SMS para 48196 com o texto SEM LUZ, seguido do número da unidade consumidora ou CPF do titular da fatura.

PAGAMENTO EM ATRASO

Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGP+
(pró rata die) + Juros de Mora 1% ao mês
(pró rata die) a serem cobrados em fatura posterior.

Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
11/08/2014	R\$ 87,51

Período Fiscal: 23/07/2014

Reservado ao Fisco

3A4B.B45A.8265.523A.788D.4804.EB61.6858

Cartório
Silva

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DOM14414-VCCX) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,28 | Recibo Nº: 19042

Selo Digital de Fiscalização DOM14414-VCCX

Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br>
Dou fé, Lebon Régis - 29 de julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



Certidão

29ac213de50bbb5f255898fcd67d14a5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
ARBERTO DOS SANTOS

OU

contra o CPF:
400.682.779/20

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 11:36 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **29ac213de50bbb5f255898fcd67d14a5**





01/07/2014

1795514

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 1489248**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 01/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ARBERTO DOS SANTOS, brasileiro(a), casado, autônomo, portador do RG: 1.335.610, CPF: 400.682.779-20, filho de Paulino Pedroso dos Santos e Arlinda Maria Gabriel, natural de Lebon Régis - SC, nascido aos 23/08/1950, residente na Rua Francisco Ribeiro da Silva, nº 765, Santa Terezinha, CEP: 89515-000, Lebon Régis - SC. *****


OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão terá validade de 60 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.

Lebon Régis, terça-feira, 1 de julho de 2014.


José Vanderlei Martins da Silva
DISTRIBUIDOR JUDICIAL
Matrícula 5.254

PEDIDO Nº: 1795514





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ARBERTO DOS SANTOS**
Inscrição: **023011410965** Zona: 77 Seção: 42
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 23/08/1950 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: ARLINDA MARIA GABRIEL
PAULINO PEDROSO DOS SANTOS

Certidão emitida às 11:40 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **VØKH.VP85.Z3+R.HZUM**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física
Nome: **ARBERTO DOS SANTOS**
CPF: **400.682.779-20**
Endereço: **RUA FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, Número: 765**
Cidade: **Lebon Régis, Bairro: SANTA TEREZINHA, CEP: 89515-000,**
UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 02 de julho de 2014

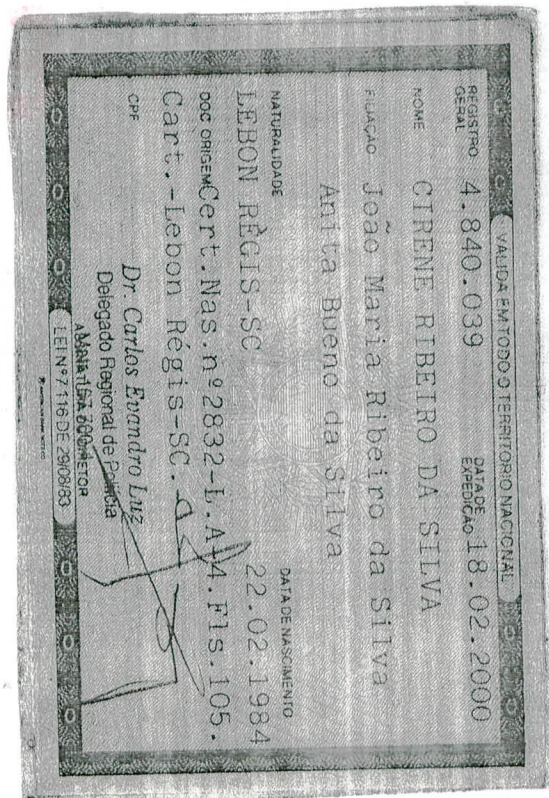
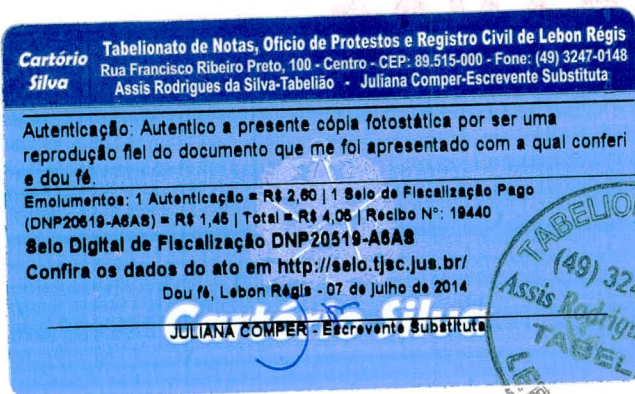

JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos
1 Certidão - R\$ 7,95
1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20316-XQS0) - R\$ 1,45
Total: R\$ 9,40
Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
DNP20316-XQS0
Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
Registro Civil das Pessoas Naturais
Assis Rodrigues da Silva
Oficial
Dalton João Atanasio de Farias
Oficial Substituto

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob N° 2832 às folhas 105V do Livro N° A-4
de Registro de Nascimentos, encontra-se o assento de
" CIRENE RIBEIRO DA SILVA "
Nascida aos vinte e dois (22) de fevereiro de 1984, às 18:00 horas
em(no): em domicílio, neste Município-SC
do sexo: Feminino
Filha de: João Maria Ribeiro da Silva
Natural de: -SC
profissão: lavrador
e de: Anita Bueno da Silva
Natural de: -SC
profissão: do lar
Avós paternos: Braz Padilha Ribeiro
e: Iracema Maeberg da Silva
Avós maternos: Domingos Bueno da Silva
e: Eva Antunes de Souza
Declarante: O pai
As Testemunhas constam no termo.
Assento lavrado em: vinte e nove (29) de fevereiro de 1984.

Observação:

**Cartório
Silva**

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma
reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi
e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DPF81680-P2IM) = R\$ 1,46 | Total = R\$ 4,06 | Recibo N°: 20332
Selo Digital de Fiscalização DPF81680-P2IM

Confira os dados do ato em <http://selo.tjcc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 28 de agosto de 2014

Cartório Silva

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

Digitado por: Dalton

Emolumentos R\$ 10,15

Selo Fiscal R\$ 0,70

Total R\$ 10,85

O Referido é Verdade e Dou Fé.

Lebon Régis, em 20 de julho de 2005

Oficial

Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - 89515-000 - Fone Fax (49) 247 0148

EM BRANCO

Certidão

994f6796a477d70a2d1764ad1e12a9a0



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
CIRENE RIBEIRO DA SILVA

OU

contra o CPF:
063.920.349/35

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 11:34 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **994f6796a477d70a2d1764ad1e12a9a0**





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº:**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 25/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

CIRENE RIBEIRO DA SILVA, portador do RG: 4840039, CPF: 063.920.349-35, filha de João Maria Ribeiro da Silva e Anita Bueno da Silva, nascida aos 22/02/1984. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CIRENE RIBEIRO DA SILVA**
Inscrição: **043932940906** Zona: 77 Seção: 82
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 22/02/1984 Domiciliada desde: 18/04/2002
Filiação: ANITA BUENO DA SILVA
JOAO MARIA RIBEIRO DA SILVA

Certidão emitida às 11:52 de 25/07/2014

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://apps.tse.jus.br/saac/emissaoCertidaoCrimeEleitoral.do>, por meio do código **U+GK.RHCA.JCGW.WB2I**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **CIRENE RIBEIRO DA SILVA**

CPF: **063.920.349-35**

Endereço: **RUA SALVADOR CAETANO NETO, Número: 280**

Cidade: **Lebon Régis**, Bairro: **CENTRO**, CEP: **89515-000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 07 de julho de 2014

JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos
1 Certidão - R\$ 7,95
1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20517-RYOZ) - R\$ 1,45
Total: R\$ 9,40
Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
DNP20517-RYOZ
Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08512098

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.969/94)




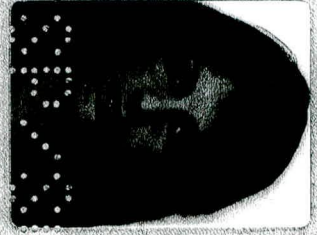
ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO

FILIAÇÃO
ELDO RIBEIRO DIAS
AUDEMIA PADILHA DIAS

NATURALIDADE
CAÇADOR-SC

DATA DE NASCIMENTO
29/11/1976

RG
3844461 - SSP/SC

022.597.849-83

DATA DE EXPIRAÇÃO
08/08/2009

PAULO ROBERTO DE BORJA
PRESIDENTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

DATA DE EXPEDIÇÃO
19/JUL/2008

NOME
3.644.461

FILIAÇÃO
RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO

NATURALIDADE
ELDO RIBEIRO DIAS
AUDEMIA PADILHA DIAS

DATA DE NASCIMENTO
29/NOV/1976

DOC ORIGEM
CAÇADOR SC

CERT. CAS. 4.534 LV A-13 FL 135
CART. SOUZA-CAÇADOR SC

CPF
022.597.649-83

CAÇADOR - SC

Sirlei Gufoski
Delegado de Polícia
Mat. 378.392-5

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

Cartório Silva

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71684-ANOC) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,06 | Recibo Nº: 19462

Selo Digital de Fiscalização DNV71684-ANOC

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



Cartório Silva

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71685-3G5P) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,06 | Recibo Nº: 19462

Selo Digital de Fiscalização DNV71685-3G5P

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 08 de julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



**Renildes**

Chegou sua fatura da Oi.

FATURA DE
JUN/2014VENCIMENTO
02/07/2014PAGAR R\$
177,32

Emissão em 15/06/2014

Período de 13/05/2014 a 13/06/2014



CTC FLORIANOPOLIS SC TTO PL9

RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO
RUA MAURO RAMOS 298
CENTRO - LEBON REGIS
89515-000 - SANTA CATARINA

7213512820 25480 00005304973 30 240614

A OI APOIA
ESSA CAUSA.Fique ligado.
Não use o celular
enquanto dirige.Para mais informações,
acesse www.paradapelavida.com.br.**Serviços utilizados**

Promoção Oi Conta Total Light

149,00

MÓVEL (49) 8421-6373

FIXO (49) 3247-0149

Total de mensalidades

149,00

Além disso, você...

utilizou minutos a mais do plano em ligações locais

5,30

realizou chamadas longa distância utilizando outras operadoras

23,02

Subtotal**177,32****Total da sua fatura****177,32**

Renildes Padilha Dias de Mello

CPF: 022.597.649-83

Número do cliente: 2108259316

Número da fatura: 520124907

Nº para débito automático: 401367767590

Precisa de ajuda?www.oi.com.br/minhaoiAqui você acessa e imprime suas faturas,
analisa seu consumo, consulta saldos
e gerencia seus Oi pontos.**Entenda seu consumo**

O valor da sua fatura nos últimos meses

Jun 2014	177,32
Mai 2014	8,56
Abr 2014	149,00
Mar 2014	153,48
Fev 2014	154,75
Jan 2014	142,49

Pague sua fatura em dia evitando a Suspensão Parcial/Total
dos Serviços (Artigo 51 da Resolução 477 - Reg. do SMP)
e a cobrança de 1% de juros pró-rata dia e multa de 2% ao
mês por atraso. Evite despesas desnecessárias.

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71660-J198) = R\$ 1,45 | Total = R\$ 4,25 | Recibo Nº: 19462

Selo Digital de Fiscalização DNV71660-J198

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis, 08 de Julho de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

CLIENTE
Renildes Padilha Dias de MelloFATURA DE
JUN/2014VENCIMENTO
02/07/2014VALOR
177,32DÉBITO AUTOMÁTICO
401367767590

OI MÓVEL S.A.

St Setor Comercial Norte S/N - Asa Norte
Brasília - DF CEP: 70713900
CNPJ: 05.423.963/0001-11
Inscrição Estadual: 07.441.356/001/93
Inscrição Municipal:

84680000001-6 77320313210-7 82593160520-8 12490700000-2



Requerimento (0139866) SE 63900.018632/2014-79 / 09/98

Certidão

639c2f080c226f595b008fef7b1dd1a3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVIL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO

OU

contra o CPF:
022.597.649/83

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 11:35 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **639c2f080c226f595b008fef7b1dd1a3**





08/07/2014

1820151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 1506874**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 08/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO, portador do RG: 3644461, CPF: 022.597.649-83, filha de Eldo Ribeiro Dias e Audemia Padilha Dias, nascida aos 29/11/1976. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, terça-feira, 8 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:**1820151**



08/07/2014

1820120

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CÍVEL

CERTIDÃO Nº: 1506852**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 08/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

RENILDES PADILHA DIAS DE MELLO, portador do RG: 3644461, CPF: 022.597.649-83, *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- e) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- f) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, terça-feira, 8 de julho de 2014.

PEDIDO Nº: 1820120



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **RENILDES PADILHA DIAS**
Inscrição: **031859600973** Zona: 77 Seção: 89
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 29/11/1976 Domiciliado desde: 16/06/1995
Filiação: AUDEMIA PADILHA DIAS
ELDO RIBEIRO DIAS

Certidão emitida às 11:48 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **IVAL.EWUF.S4F7.LJB3**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **RENILDES PADILHA DE MELO**

CPF: **022.597.649-83**

Endereço: **RUA MAURO RAMOS, Número: 298**

Cidade: **LEBON REGIS, Bairro: CENTRO, CEP: 89515.000, UF: SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 08 de julho de 2014



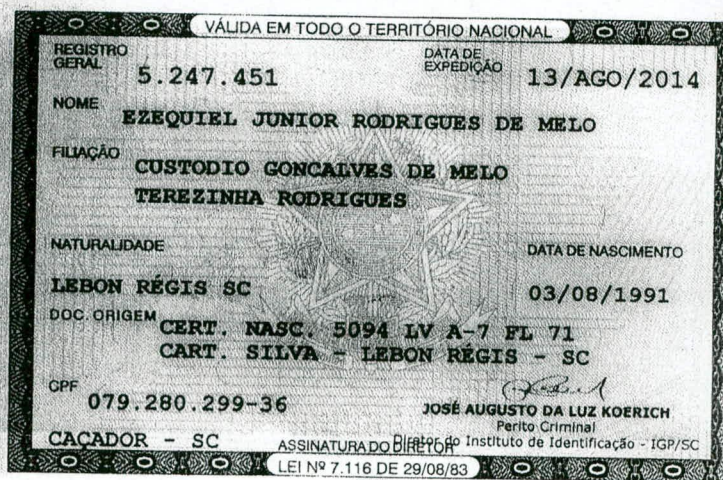
JULIANA COMPER
Escrevente Substituta

Emolumentos
1 Certidão - R\$ 7,95
1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71659-0GHQ) - R\$ 1,45
Total: R\$ 9,40
Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
DNV71659-0GHQ
Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DPQ37156-7DN9) = R\$ 1,45 | Total = R\$ 4,05 | Recibo N° 20614

Selo Digital de Fiscalização DPQ37156-7DN9

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 11 de setembro de 2014

JULIANA COMPER - Escrevente Substituta





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

2ª VIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

Ezequiel Júnior Rodrigues de Melo

MATRÍCULA:

105247 01 55 1991 1 00007 071 0005094 78

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO)

Três de agosto de mil novecentos e noventa e um

DIA MÊS ANO
03 08 1991

HORA MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

18:45 Lebon Régis - SC

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO LOCAL DE NASCIMENTO

Lebon Régis - SC

Hospital e Maternidade Santo Antônio

SEXO
Masculino

FILIAÇÃO

CUSTÓDIO GONÇALVES DE MELO e TEREZINHA RODRIGUES

AVÓS

Arlindo Modesto Vieira e Jesus Cezar de Melo - Valmor Rodrigues e Maria Ramos

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

Oito de agosto de mil novecentos e noventa e um

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

Não informado!

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

O registrado foi emancipado por Escritura Pública lavrada pelo Tabelionato de Lebon Régis livro 0073 HS 099 em 14/11/2008.

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Isento

DKW28624-2U4K

Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

NOME DO OFÍCIO

Cartório Silva

OFICIAL REGISTRADOR

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

MUNICÍPIO/COMARCA/UF

Lebon Régis - SC

ENDEREÇO

Rua Francisco Ribeiro Preto, 104, Centro - Cep: 89515-000

- assis.rodrigues@brturbo.com.br - (49) 3247-0148

Digitado por: Juliana Comper

Emolumentos

1 Certidão segunda via de nascimento - Isento

1 Selo de Fiscalização Isento (DKW28624-2U4K)

Total Isento

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
29 de julho de 2014, Lebon Régis - SC

Juliana Comper
Escriturante Substituta

Mes/Ano - Fatura 07/2014 No. Unidade Consumidora 4992652

Dados do Consumidor
TEREZINHA RODRIGUES CPF: 71555234968
R JOAO GRANEHANN SOBRINHO, 1047
89510000 CENTRO L. REGIS LRE-LEBON REGIS-SC
Loc/Etapa/Livro: 0510, 15, 004775 - Medidor: 959219 - TENSÃO NOMINAL: 220v - v - GRUPO B
Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - MONOFASICO
Cod. Fiscal da Operação: F.258 Tipo do Disjuntor: 30 FS [1.7.41.5]

Descrição de Consumo
Medidor 959210 Consumo Med/Fat 178/178 Unidade de Medida kWh
Leit. Atual 3619 Número de Dias Faturad 28 Origem da Leitura LIDA
Leit. Anter 3441 Consumo Médio Diário (kwh) 6,36 Fator de Potência 1,00
Fator de Multiplicação 1,00

Dados Importantes
Leit. Anterior 23/06/2014 MAI/14 Meta Mensal Meta Trim. Meta Anual Realizado
Leit. Atual 21/07/2014 DIC 5,91 11,82 23,64 0,05
Emissão/Apresentação 21/07/2014 FIC 3,61 7,22 14,45 1,00
Prox. Leitura 21/08/2014 DMIC 3,46 0,05
Cong. ANEEL: CACADOR CASTELHAN OM (R\$): 17,99



Discriminação do Faturamento

Item	Quant.	Tarifa TE	Valor TE (R\$)	Tarifa TU	Valor TU (R\$)	Total (R\$)
CONSUMO	150	0,208400	31,26	0,141666	21,25	52,51
CONSUMO	28	0,247857	6,94	0,167857	4,70	11,64
Subtotal 1						64,15

COSIP 4,86
DEVOL. PAGA DUPLICIDADE -51,89
Subtotal 2 -46,23

Composição do Preço (Art. 31 Resolução 166/2005)

Item	Valor (R\$)
ENERGIA	31,45
TRANSMISSÃO	2,13
ENC. SETORIAIS	3,90
DISTRIBUIÇÃO	13,90
TRIBUTOS	12,77
SOMA DEMONSTRATIVO	64,15

Tributos (Incluídos) no Total a Pagar

Item	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	64,15	12,25	9,20
PIS/PASEP			0,64
COFINS			2,93

Mensagens
A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. No mês de julho vigorará a bandeira Amarela, a qual implicará R\$ 0,015 de acréscimo ao valor da tarifa de Energia Elétrica (TE), líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTÁ SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO NÃO A CORRUPÇÃO. CELESC COM VOCE: ENERGIA PARA A CIDADANIA.
Cada cliente para receber sua fatura por e-mail. Acesse a Agência Web em www.celesc.com.br.
Em caso de falta de energia, comunique a Celesc enviando um SMS para 48196 com o texto: FALTA, seguido do número da unidade consumidora ou CPF do titular da fatura.
DEBITOS: 05/2014 R\$ 59,83 06/2014 R\$ 73,91

IMPORTANTE: REAVISO DE DEBITO
Esta unidade consumidora estará sujeita a suspensão do fornecimento a partir de 12/08/2014, caso o pagamento não seja realizado. O encerramento de relação contratual poderá ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento após a suspensão do fornecimento. No ciclo da suspensão ou religação poderá ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento já tenha sido realizado, favor desconsiderar esta notificação.
PAGAMENTO EM ATRASO
Multas de 2% + Correção Monetária pelo IGP+ (pro rata die) + Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior.
Data de Vencimento 11/08/2014 Valor Total a Pagar R\$ 17,92

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 23/07/2014

1ACF.0D32.741B.04C2.47BE.D362.FA90.54B8

FS [1.7.41.5]
Comprovante de Arrecadação
Autenticação no verso
3619-178-000-13 30 30
Mes/Ano - Fatura 07/2014 Data de Vencimento 11/08/2014
Número da Fatura 01 20141215533647-8 No. Unidade Consumidora 4992652 Valor Total a Pagar R\$ 17,92

83680000000 9 17920162000 4 00101020141 4 21553364708 1



Tabelionato de Notas, Office of Protests and Civil Registry of Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva - Tabelião Substituto

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé

Enrolamentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DOM14402-X2EW) = R\$ 1,40 | Total = R\$ 4,00 | Recibo N°: 19838
Selo Digital de Fiscalização DOM14402-X2EW
Confira os dados do ato em <http://seio.tjcc.jus.br/>

Dou M. Lebon Régis - 29 de julho de 2014
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta

Certidão

ec4e476491fd08d90fa5a55a7bb951f8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

EZEQUIEL JUNIOR RODRIGUES DE MELO

OU

contra o CPF:

079.280.299/36

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 14:18 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ec4e476491fd08d90fa5a55a7bb951f8**





08/07/2014

1822160

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 1508381**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 08/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

EZEQUIEL JUNIOR RODRIGUES DE MELO, portador do RG: 5247451, CPF: 079.280.299-36, filho de Custódio Gonçalves de Melo e Terezinha Rodrigues, nascido aos 03/08/1991. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, terça-feira, 8 de julho de 2014.

PEDIDO Nº: 1822160

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EZEQUIEL JUNIOR RODRIGUES DE MELO**
Inscrição: **051137310930** Zona: 77 Seção: 43
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 03/08/1991 Domiciliado desde: 21/01/2008
Filiação: TEREZINHA RODRIGUES
CUSTODIO GANCALVES DE MELO

Certidão emitida às 14:33 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://apps.tse.jus.br/saae/emissaoCertidaoCrimeEleitoral.do>, por meio do código **UKFT.EROW.MCZZ.TRLW**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **EZEQUIEL JUNIOR RODRIGUES DE MELO**

CPF: **079.280.299-36**

Endereço: **RUA JOÃO GRANEMANN SOBRINHO, Número: 2047**

Cidade: **Lebon Régis**, Bairro: **CENTRO**, CEP: **89515-000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 08 de julho de 2014


JULIANA COMPER

Escrevente Substituta

Emolumentos

1 Certidão - R\$ 7,95

1 Selo de Fiscalização Pago (DNV71679-XCZH) - R\$ 1,45

Total: R\$ 9,40

Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

DNV71679-XCZH

Confira os dados do ato em:

<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrivente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,00 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20627-IAW4) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo N°: 19444
Selo Digital de Fiscalização DNP20627-IAW4

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 07 de Julho de 2014

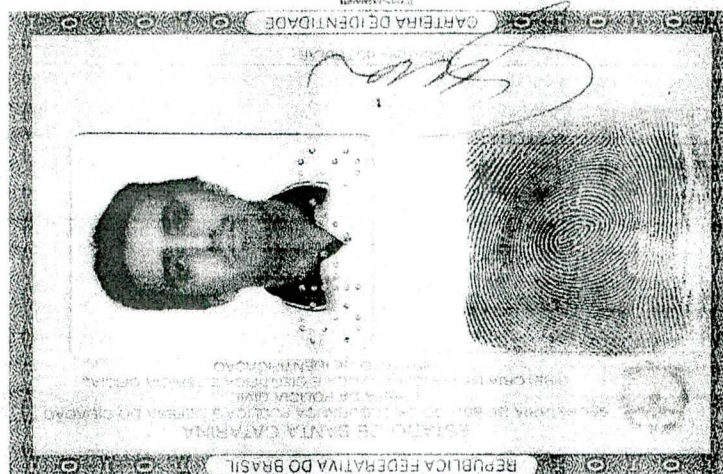
Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrivente Substituta



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	2.409.270-3	DATA DE EXPEDIÇÃO	19/MAI/2004
NOME	LUIZ SELOMAR RIBEIRO		
FILIAÇÃO	ALFREDO RIBEIRO DA SILVA SANTA GUEDES RIBEIRO DA SILVA		
NATURALIDADE	SANTA CECILIA SC		
DOC ORIGEM	C MASC 9569 LV A/21 FL 110 CART GAUDENCIO - SANTA CECILIA SC		
CPF	732.714.209/63	DATA DE NASCIMENTO	20/FEV/1973
CACADOR	SC	Assinatura do Diretor	Luiz Antonio Piazzon Delegado Regional de Polícia Mat. N° 227.361-6

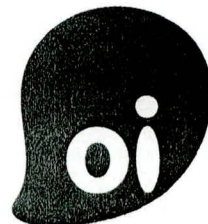
LEI N° 7.116 DE 29/08/83



Fatura de Serviços de Telecomunicações

Benvenuta, 2080 - BAIRRO SANTA MONICA
8036-500 - Florianópolis - SC
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0322-66 I.E: 25.042.764-8

LUIS SELOMAR RIBEIRO
R MESSIAS ANTONIO MORAES 00634
CENTRO
89515-000 LEBON REGIS - SC



Oi, LUIS.

Só na Oi você tem Móvel, Banda Larga, Fixo, DDD e muito mais.
E você só tem a ganhar: **você aproveita todos os seus benefícios** como cliente Oi e, em breve, muitas novidades ainda vêm por aí.

Quer saber mais? Acesse www.oi.com.br ou ligue pra 103 14.

COMUNICADO IMPORTANTE: Agora você tem um site completo para resolver sua vida online. Gráficos de consumo, 2ª via de contas, ofertas e muito mais. Acesse www.oi.com.br e confira a Minha Oi!

Referência

JULHO/2014

Telefone

49 3247 0485

Vencimento

04/07/2014

Total a pagar

R\$ 114,53

Resumo da sua fatura

	OI FIXO	R\$ 41,54
	OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS	41,54
	OI VELOX	R\$ 61,29
	OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA	61,29
	ASSINATURA VELOX	
	EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...	R\$ 11,70
	LIGACOES FIXO-FIXO	0,00
	LIGACOES FIXO-MOVEL	3,70
	SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS	8,00

Cartório Silva Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20530-7QFW) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,28 | Recibo N°: 19444

Selo Digital de Fiscalização DNP20530-7QFW

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 07 de Julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER - Escrevente Substituta



TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.
Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi para não deixar dúvidas pra você.

Sua conta está em débito automático?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.

Certidão

df23796688c17634609e6f6b5696f075



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
LUIS SELOMAR RIBEIRO

OU

contra o CPF:
732.714.209/63

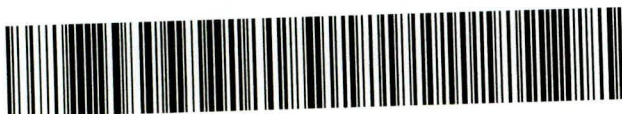
NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 11:30 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **df23796688c17634609e6f6b5696f075**



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **LUIS SELOMAR RIBEIRO**
Inscrição: **024682870906** Zona: 77 Seção: 70
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 20/02/1973 Domiciliado desde: 15/08/1989
Filiação: SANTA GUEDES RIBEIRO DA SILVA
ALFREDO RIBEIRO DA SILVA

Certidão emitida às 13:45 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://apps.tse.jus.br/saac/emissaoCertidaoCrimeEleitoral.do>, por meio do código **F+CA.PKYS.GI2C.FJL+**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar nos últimos 5 anos com relação à:

Pessoa Física

Nome: **LUIS SELOMAR RIBEIRO**

CPF: **732.714.209-63**

Endereço: **RUA ANTONIO MESSIAS DE MORAES, Número: 624**

Cidade: **Lebon Régis**, Bairro: **CENTRO**, CEP: **89515-000**, UF: **SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 07 de julho de 2014

JULIANA COMPER
Escrevente Substituta



Emolumentos
1 Certidão - R\$ 7,95
1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20526-E402) - R\$ 1,45
Total: R\$ 9,40
Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
DNP20526-E402
Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.595.047 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/DEZ/2013

NOME ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA
SCHEFFMACHER

FILIAÇÃO FELIPE FURTADO DE OLIVEIRA
LEONI DE SOUZA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE LEBON RÉGIS SC DATA DE NASCIMENTO 31/08/1969

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 1236 LV B-07AUX. FL 36
CART. AGOSTINI-CURITIBANOS SC

CPF 725.486.909-97

FLORIANÓPOLIS - SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

JOSÉ AUGUSTO DA LUZ KOERICH
Perito Criminal
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

Cartório Silva

Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escrevente Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,60 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20394-AIMP) = R\$ 1,46 | Total = R\$ 4,06 | Recibo Nº: 19361

Selo Digital de Fiscalização DNP20394-AIMP

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lebon Régis - 03 de Julho de 2014

Cartório Silva
JULIANA COMPER, Escrevente Substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE POLÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Rosemere Scheffmacher

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

vivo

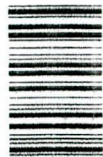
Nº da Conta: 2129914670
 Mês de referência: 07/2014
 Período: 21/06/2014 a 20/07/2014
 Data de emissão: 22/07/2014

www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central de Relacionamento
 *8486 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações
 Telefonica Brasil S.A.
 Av. Trompowsky, 354 - Salas 901 e 902
 CEP 88015-300 - Fionanópolis - SC
 IE: 254433448
 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62
 CNPJ Filial: 02.558.157/0013-04
 Nº NFBST 000.296.935/07/2014
 Nº Série C Sub-Série
 Atende o Convênio 115/2003 - CFOP 5.307
 Descrição: PFF/PJ - OUTROS

17106108



ROSEMERE FURTADO DE O. SCHEFFMACHER
 R. ALTAMIRO GUIMARAES, 835
 CENTRO
 89515-000 - LEBON REGIS - SC

Vencimento
06/08/2014

Total a Pagar - R\$
27,00

Ative a Conta Online e receba por email um aviso quando a sua conta estiver disponível no Meu Vivo, seu canal de autoatendimento. Com ela você consulta sua conta detalhada e boleto para pagamento pela internet. Contribua para o meio ambiente, reduza a utilização de papel. Acesse www.vivo.com.br/meuvivo e cadastre-se agora.

Seus Números Vivo
49-9131-0885

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta

Aguarde informações referentes ao Vivo
 Valoriza

O que está sendo cobrado

	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
VIVO CONTROLE ILIMITADO PROMO	1	1	27,00			27,00
Telefônica Brasil - ILI PRO			27,00			
Subtotal						27,00

Cartório Silva
 Tabelionato de Notas, Ofício de Protestos e Registro Civil de Lebon Régis
 Rua Francisco Ribeiro Preto, 100 - Centro - CEP: 89.515-000 - Fone: (49) 3247-0148
 Assis Rodrigues da Silva-Tabelião - Juliana Comper-Escritora Substituta

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,80 | 1 Selô de Fiscalização Pago

(DPF81583-OJIE) = R\$ 1,48 | Total = R\$ 4,08 | Recibo Nº: 20332

Selo Digital de Fiscalização DPF81583-OJIE

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lebon Régis - 26 de agosto de 2014

JULIANA COMPER - Escritora Substituta

**TOTAL A PAGAR****27,00****MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ**

Com o Vivo Música by Napster você curte mais de 17 milhões de músicas no smartphone, tablet ou computador. Acesse ilimitado e escute o que quiser, crie playlists, compartilhe com seus amigos e faça downloads à vontade. Assine por R\$9,90/mês e aproveite por 30 dias GRÁTIS! Envie um SMS grátis com as letras VMT para 1515 e assine agora. Saiba mais em www.vivo.com.br/vivomusica

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

vivo

Nome do Cliente

ROSEMERE FURTADO DE O. SCHEFFMACHER

Vencimento

06/08/2014

Total a Pagar - R\$

27,00

Cód. Débito Automático 2129914670-0

Nº da Conta 2129914670

Mês Referência 07/2014

846700000009

270000690015

121299146708

071421408064

Autenticação Mecânica



Requerimento (0159566)

SEI 89900.018952/2014 79 / pg. 114

Certidão

37b1c88efbad57ef9e538319877cbf5b



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA SCHEFFMACHER

OU

contra o CPF:

725.486.909/97

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 02:02**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/07/2014 às 23:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/07/2014 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 25/07/2014 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/07/2014 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 24/07/2014 às 20:00**

Certidão emitida em: 25/07/2014 às 11:32 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **37b1c88efbad57ef9e538319877cbf5b**





25/07/2014

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Lebon Régis

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Lebon Régis, com distribuição anterior à data de 25/07/2014, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA, portador do RG: 2595047, CPF: 725.486.909-97, filha de felipe furtado de oliveira e leoni de souza de oliveira, nascida aos 31/08/1969. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Lebon Régis, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

PEDIDO Nº:



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA SCHEFFMACHER**
Inscrição: **023551520965** Zona: 77 Seção: 89
Município: 81914 - LEBON RÉGIS UF: SC
Data de Nascimento: 31/08/1969 Domiciliada desde: 15/12/1995
Filiação: LEONI DE SOUZA DE OLIVEIRA
FELIPE FURTADO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 13:51 de 25/07/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: apps.tse.jus.br/saac/emissaoCertidaoCrimeEleitoral.do, por meio do código **53J8.6XKW.T7YS.05ED**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DISTRITO DE LEBON RÉGIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE LEBON RÉGIS
Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Juliana Comper
Escrevente Substituta

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo neste Tabelionato os livros de Registro de Protesto, neles verifiquei nada constar em todo o banco de dados com relação à:

Pessoa Física

Nome: **ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA SCHEFFMACHER**

CPF: **725.486.909-97**

Endereço: **Rua Altamiro Guimarães - Centro, Número: 835**

Cidade: **Lebon Régis, Bairro: Centro, CEP: 89515.000, UF: SC**

O referido é verdade e dou fé.

Lebon Régis - SC , 03 de julho de 2014

ASSIS RODRIGUES DA SILVA

Oficial



Emolumentos

1 Certidão - R\$ 7,95

1 Selo de Fiscalização Pago (DNP20406-78QR) - R\$ 1,45

Total: R\$ 9,40

Digitado por: JULIANA COMPER

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

DNP20406-78QR

Confira os dados do ato em:

<http://selo.tjsc.jus.br/>

Esta certidão é emitida em via única, qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

Tabelionato Silva - Rua Francisco Ribeiro Preto, 100, Centro
Lebon Régis - SC - Cep: 89515-000 - assis@plugnet.inf.br - (49) 3247-0148



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.018692/2014-79**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 31 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 31/10/2014, às 11:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0214925** e o código CRC **69853955**.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.018692/2014 Localidade / UF: LEBON RÉGIS/SC
Entidade: ASSOCIACAO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS MEIOS DE COMUNICACAO DE
Aviso: 10 Publicação: 09/04/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

SEI 0159866

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, ?a?): FL. 04
- Certidão Negativa ANATEL (20.3, ?b?): FL. 05
- CNPJ válido e atual (20.3, ?c?): FL. 07
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, ?e?): FL. 36 - 39 - 4 anos
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, ?e? da Norma 1/2011) FL. 59, 65, 73, 79, 94, 101, 113.
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, ?d?): FL. 40 - 53
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, ?h?), conforme subitem 21.4. FL. 54 - 57

Processo juridicamente instruído.

É o relatório.

Diego Armando Araujo Guimaraes

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 2827/2015/SEI-MC

Brasília, 28 de agosto de 2015

À Coordenadora de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis, Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Regis**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lebon Régis / SC**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0689936** e o código CRC **10ECB467**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SC
Município: Lebon Régis
Canal: 285
Fase: 3

Distrito: Lebon Régis
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO PELO DESENV.COM.DOS MEIOS DE COMUNIC.DE LEBON REG
Nome Fantasia: 'NOVA FM'
Logradouro: RUA ARTHUR BARTH, S/N - CENTRO
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.459.194/0001-86
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASSOCIACAO PELO DESENV.COM.DOS MEIOS DE COMUNIC.DE LEBON REG
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 89515000
Número: .
Município: Lebon Régis
Telefone:

Logradouro: RUA ARTHUR BARTH, S/N - CENTRO
Complemento:
Distrito: Lebon Régis

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: SC

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 89515000
Número: .
Município: Lebon Régis
Telefone:

Logradouro: RUA WALDIR ORTIGARI (ANTIGO PREDIO DO FORUM) - CENTRO
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Bairro: CENTRO
UF: SC

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:
Número do Processo: ◀
Caixa:

Data Limite Instalação:
Fistel:
Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="2759"/> ◀		<input type="text" value="Portaria"/> ▾ ◀	<input type="text" value="MC"/> ▾ ◀	<input type="text" value="02/12/2002"/> ◀	<input type="text" value="04/12/2002"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="38812"/> ◀		<input type="text" value="ATO"/> ▾ ◀	<input type="text" value="SCM"/> ▾ ◀	<input type="text" value="05/09/2003"/> ◀	<input type="text" value="08/09/2003"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="1030"/> ◀		<input type="text" value="Decreto Legislativo"/> ▾ ◀	<input type="text" value="CN"/> ▾ ◀	<input type="text" value="17/11/2004"/> ◀	<input type="text" value="18/11/2004"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="49448"/> ◀		<input type="text" value="ATO"/> ▾ ◀	<input type="text" value="SCM"/> ▾ ◀	<input type="text" value="02/03/2005"/> 1 ◀	<input type="text" value="03/03/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▾ ◀

☐ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO PELO DESENV.COM.DOS MEIOS DE COMUNIC.DE LEBON REG -
CNPJ/CPF(03.459.194/0001-86)

Situação: Entidade não possui
débitos

Município/UF: LEBON RÉGIS/SC

Canal: 285

Indicativo: ZYM550

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

23:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (0759546), constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 08/10/2015, às 14:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0759551** e o código CRC **D9DA14AB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 23337/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.018692/2014-79.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lebon Régis**, estado de **Santa Catarina**, por meio da Portaria nº 2759, publicada no DOU de 4/12/2002, e Decreto Legislativo nº 1030, publicado no DOU de 18/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 18/11/2014. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 25/9/2014, à fl. 1 (Requerimento SEI 0159866), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do art. 131 Norma nº 01/2015, aprovada pela Portaria nº 4334/2015.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Anice Veiga Silveira Vice Presidente: Márcia Aparecida Farias Secretária: Roseli Aparecida de Lima 1º Diretor de Finanças e Patrimônio: Arberto dos Santos 2ª Diretora de Finanças e Patrimônio: Cirene Ribeiro da Silva Diretora do Departamento Jurídico: Renildes Padilha Dias de Mello Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Ezequiel Junior Rodrigues Melo Diretor de Comunicação: Luis Selomar Ribeiro Diretora de Políticas Sociais: Rosemere Furtado de Oliveira Scheffmacher

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2015.	Ok, fls. 40 a 53
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 36 a 39
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 59, 65, 73, 79, 94, 101, 113
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl. 4
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fl. 5
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fl. 7
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 54 a 57

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC (0772239).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 16/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 25/11/2015, às 15:50, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237795



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0772251** e o código CRC **78CE8413**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			
--	-------------------	--	--	--

		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53900.018692/2014-79

Interessado: Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53900.018692/2014-79 (ver documento 0772251), no qual a **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lebon Régis / SC**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/12/2015, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0852715** e o código CRC **B5A0E48F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 6687/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/01/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0874996** e o código CRC **6196AE84**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/01/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0875005** e o código CRC **D17E2078**.



Art. 1º Determinar a transferência direta da permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA., por meio da Portaria n.º 282, de 05 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Montenegro, estado do Rio Grande do Sul, à Rádio Editora Picos Ltda.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos, respectivamente:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Marcos Dytz Piccoli	9.100	9.100,00
Antonio Luis Piccoli	900	900,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Marcos Dytz Piccoli	Administrador
Antonio Luis Piccoli	Administrador

Art. 3º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga de que trata a Portaria n. 282 de 05 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1988, a execução do serviço será mantida em caráter precário.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 263, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, no município de Rio Verde/GO, a distribuição de set-top-box para recepção do sinal de televisão digital terrestre, além daquela prevista no art. 2º, I, da Portaria MC nº 481, de 09 de julho de 2014, deverá priorizar as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico.

§ 1º As famílias inscritas no CadÚnico a que se refere o caput deverão atender aos critérios estabelecidos no art. 4º, II, do Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007, para definição de Famílias de Baixa Renda.

§ 2º O set-top-box definido no caput atenderá, no mínimo, aos requisitos obrigatórios contidos nas normas técnicas do documento ABNT NBR 15604:2007 - Televisão digital Terrestre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.679, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057355/2011-06 e nº 53740.000022/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE JATAIZINHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jataizinho / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.680, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000394/1999 e nº 53900.029909/2015-57, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE RIO MARIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Maria / PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.684, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000434/1998 e nº 53000.059476/2011-84, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EBENEZER, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Helena de Goiás / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.685, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.013869/2014-41, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE - ASCOJIPA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ji-Paraná/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.686, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53770.002448/1998 e nº 53000.057301/2012, resolve:

Art. 1o Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE SINAI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itaocara / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3o do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.687, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.688, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.032165/2014-77, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botuporá/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.689, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.062221/2013-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de setembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Vargem Grande/MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.690, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056632/2011-55 e nº 53690.000988/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de dezembro de 2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO NORTE DE RÁDIOFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Colíder/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.691, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016191/2015-39, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 2 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macajuba/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.692, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.051845/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AM-BEP), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pacaembu/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Entidade: **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis, Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Regis**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.687, de 06/01/2016, no Diário Oficial da União de 15/01/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Lebon Régis/SC**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53900.018692/2014-79**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0961438** e o código CRC **02154D54**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Entidade: **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis, Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.687, de 06/01/2016, no Diário Oficial da União de 15/01/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Lebon Régis/SC**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53900.018692/2014-79**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0961438** e o código CRC **02154D54**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

João

Brasília, 29 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência

da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

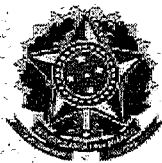
Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO
03 MAI 2016
Hora: 15:25
Func.: Valdeci Oliveira Costa
Assistente

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 14599/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

EM nº 169/2016 MC

- 53000.058848/2011

EM nº 171/2016 MC

- 53000.012652/2008

EM nº 172/2016 MC

- 53000.059087/2011

EM nº 173/2016 MC

- 53000.057408/2011

EM nº 174/2016 MC

- 53000.058765/2011

RECEBIDO ORIGINAL
Em: 03/05/2016
Nome Legível:
Assinatura: Valdeci Oliveira Costa
Assistente

EM nº 175/2016 MC

- 53000.059431/2011

EM nº 176/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 177/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 178/2016 MC

- 53000.025761/2013

EM nº 179/2016 MC

- 53000.074982/2013

EM nº 181/2016 MC

- 53000.056209/2011

EM nº 182/2016 MC

- 53000.027302/2011

EM nº 183/2016 MC

- 53000.072343/2013

EM nº 184/2016 MC

- 53000.063406/2011

EM nº 186/2016 MC

- 53000.043084/2012

EM nº 187/2016 MC

- 53640.000775/1998

EM nº 188/2016 MC

- 53000.004800/2012

EM nº 189/2016 MC

- 53000.025225/2010

EM nº 190/2016 MC

- 53900.007781/2015

EM nº 191/2016 MC

- 53000.019876/2005

EM nº 192/2016 MC

- 53000.003804/2013

EM nº 193/2016 MC

- 53000.003954/2014

EM nº 194/2016 MC

- 53000.019131/2013

EM nº 195/2016 MC

- 53000.058130/2011

EM nº 196/2016 MC

Valéria Oliveira Costa
Assistente - CODOC

- 53000.057301/2012
EM nº 197/2016 MC
- 53000.067258/2013
EM nº 198/2016 MC
- 53900.019194/2014
EM nº 199/2016 MC
- 53000.056208/2011
EM nº 200/2016 MC
- 53000.031941/2012
EM nº 201/2016 MC
- 53000.058079/2011
EM nº 202/2016 MC
- 53000.059476/2011
EM nº 203/2016 MC
- 53000.006809/2013
EM nº 204/2016 MC
- 53000.048665/2012
EM nº 205/2016 MC
- 53000.033271/2013
EM nº 206/2016 MC
- 53900.029909/2015
EM nº 207/2016 MC
- 53000.023205/2013
EM nº 208/2016 MC
- 53000.061812/2011
EM nº 209/2016 MC
- 53000.028016/2008
EM nº 210/2016 MC
- 53000.056622/2011
EM nº 211/2016 MC
- 53000.051845/2012
EM nº 212/2016 MC
- 53000.058099/2011
EM nº 213/2016 MC
- 53000.062221/2013
EM nº 214/2016 MC
- 53900.032165/2014
EM nº 215/2016 MC
- 53900.016191/2015

Fabio Oliveira Costa
Assistente - CODOC

EM nº 216/2016 MC

- 53000.057355/2011

EM nº 217/2016 MC

- 53000.030397/2012

EM nº 218/2016 MC

- 53000.034031/2012

EM nº 219/2016 MC

- 53000.053921/2012

EM nº 220/2016 MC

- 53900.018692/2014

EM nº 221/2016 MC

- 53000.056632/2011

EM nº 222/2016 MC

- 53000.027685/2013

EM nº 223/2016 MC

- 53000.040771/2013

EM nº 224/2016 MC

- 53000.022289/2013

EM nº 225/2016 MC

- 53000.040656/2013

EM nº 226/2016 MC

- 53000.040721/2013

EM nº 227/2016 MC

- 53000.047754/2013

EM nº 228/2016 MC

- 53000.024854/2013

EM nº 229/2016 MC

- 53000.051661/2012

EM nº 230/2016 MC

- 53000.039925/2013

EM nº 231/2016 MC

- 53000.046267/2013

EM nº 232/2016 MC

- 53000.056210/2011

EM nº 233/2016 MC

- 53000.056441/2013

EM nº 234/2016 MC

- 53000.041601/2013

EM nº 235/2016 MC

Valdeir Oliveira Costa
Assistente - CODOC

- 53000.021870/2013
- EM nº 236/2016 MC
- 53000.055726/2012
- EM nº 237/2016 MC
- 53000.049242/2012
- EM nº 238/2016 MC
- 53000.025272/2013
- EM nº 239/2016 MC
- 53000.056213/2011
- EM nº 240/2016 MC
- 53000.044838/2012
- EM nº 241/2016 MC
- 53000.028888/2013
- EM nº 242/2016 MC
- 53000.035879/2012
- EM nº 243/2016 MC
- 53000.027789/2013
- EM nº 244/2016 MC
- 53900.013869/2014
- EM nº 245/2016 MC
- 53000.047332/2013
- EM nº 246/2016 MC
- 53000.041226/2011
- EM nº 248/2016 MC
- 53000.059022/2011
- EM nº 249/2016 MC
- 53000.065119/2010
- EM nº 261/2016 MC
- 53900.042184/2015

Atenciosamente,

ADRIANA SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 02/05/2016, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1105414** e o código
CRC **E0C1B035**.

Criado por nelsonk, versão 2 por nelsonk em 02/05/2016 16:00:49.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53900.018692/2014-79

Referência: Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 16 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 11:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1135977** e o código CRC **A835BE04**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17899/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ANICE VEIGA SILVEIRA

Representante Legal da Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis, Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Regis

Rua Arthur Barth. s/n - Centro

85.515-000 / Leblon Régis/SC

CNPJ nº 03.459.194/0001-86

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53900.018692/2014-79.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis, Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Regis, sediada em **Leblon Régis/SC**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, conforme Portaria nº 6.687, de 6 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1139967** e o código CRC **96F86BEE**.

Ofício nº 17899/2016/SEI-MC - Processo nº 53900.018692/2014-79

Data de Envio:

24/05/2016 10:17:37

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

sabalbinotti@sabalbinotti.com.br
aniceveiga@yahoo.com.br
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.018692/2014-79

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

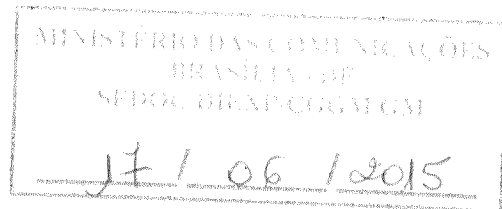
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1139967.html

Extrato_DOU_0926595_MC___0874578___Portaria___6687.pdf



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,

ANDRÉ BUCAR
Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	186	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019194/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM no 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).ÉM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).EM n° 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RNEM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM nº 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM nº 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM nº 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM nº 229/2016 MC - 53000.051661/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM nº 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM nº 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM nº 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM nº.233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM nº 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM nº 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM nº 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM nº 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG	Araújo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG. - EM nº 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM nº 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM n° 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM n° 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM n° 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.	Itaíçaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.EM n° 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM n° 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM n° 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM n° 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM n° 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM n° 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM n° 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM n° 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM n° 306/2016 MC - 53000.057907/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM n° 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM n° 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG).	Ipuina	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG).	Itatiaiuçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	262	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa- ACCJ - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.028353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.036682/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão -Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR).	Ibiporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53900.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

(49)

53900.018692/2014-79

EM nº 00220/2016 MC

Brasília, 29 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

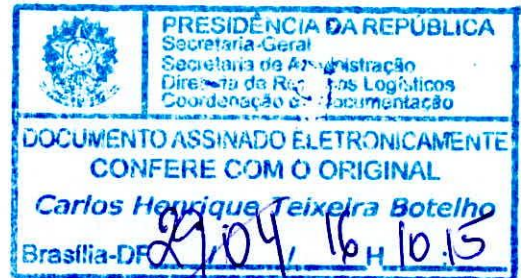
[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico



Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53900.018692/2014-79

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 23337/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244859** e o código CRC **59277C76**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Entidade: **Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/03/2017, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734360** e o código CRC **42600159**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018692/2014-79

SEI nº 1734360

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Entidade: **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 16/03/2017, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734368** e o código CRC **48661B3D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018692/2014-79

SEI nº 1734368

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.018692/2014-79**

Entidade: **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 23337/2015 (0772251) e do Parecer Conjur nº 475/2015(0772239), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734373** e o código CRC **E826E1FC**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez

anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53900.018692/2014-79

SEI nº 1734373

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1826250** e o código CRC **E5367455**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1886199** e o código CRC **DF7031AB**.

Brasília, 24 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018692/2014-79, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lebon Régis/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

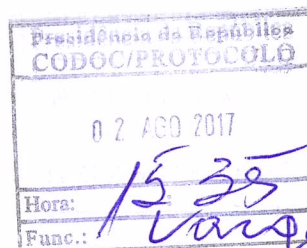
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYNYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
401/2017	53000.057908/2011-12	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão
402/2017	53000.036682/2009-00	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca
403/2017	53000.048835-2013-30	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus
404/2017	53000.046267/2013-32	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás
405/2017	53000.061548-2013-15	Associação Cultural de Triunfo
406/2017	53000.026302/2013-05	Associação Comunitária 29 de Dezembro
407/2017	53000.002360/2012-54	Associação Cultural Maraial
408/2017	53000.053346/2011-38	Clube de Mães
409/2017	53900.021931/2015-59	Associação Rádio Comunitária de Manari – Pe
410/2017	53900.007246/2014-39	Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias
411/2017	53000.058098/2011-11	Associação Comunitária A Voz de Quissamã
412/2017	53000.056150/2012-86	Associação Beneficente Mão Amiga

413/2017	53000.059286/2011-67	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã
414/2017	53000.041134/2011-16	Associação Cultural e Comunitária
415/2017	53000.057218/2011-63	Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo
416/2017	53000.058848/2011-55	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza
417/2017	53000.058471/201134	Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM
418/2017	53900.025904/2015-55	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
419/2017	53000.050945/2013-61	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
420/2017	53000.057297/2012-93	Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
421/2017	53000.058103/2011-96	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM
422/2017	53000.065326/2013-71	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo
423/2017	53000.061913/2013-91	Associação Radio Vida
424/2017	53000.007503/2006-76	Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino
425/2017	53000.065289/2012-11	Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento
426/2017	53000.034808/2013-80	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade
427/2017	53000.046095/2012-16	Associação Comunitária Mundo Melhor
428/2017	53000.043077/2012-82	Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa
429/2017	53000.051661/2012-10	Associação Comunitária Moriah
430/2017	53000.055803/2012-18	Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba
431/2017	53000.071350/2013-40	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade
432/2017	53000.003804/2013-50	Associação Cultural Comunitária Esperança
433/2017	53900.036160/2014-13	Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt
434/2017	53000.067258/2013-85	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências
435/2017	53000.070507/2013-10	Associação Cultural Esportiva e Turística
436/2017	53000.060438/2013-36	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio
437/2017	53000.052854/2012-80	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra

438/2017	53000.042446/2011-39	Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú
439/2017	53900.018692/2014-79	Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação
440/2017	53000.017596/2013-76	Associação Cultural e Comunitária Garopabense de Comunicações
441/2017	53000.065155/2013-81	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho
442/2017	53000.066832/2013-88	Associação Cultural Nova Palma
443/2017	53000.015829/2013-04	Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cassia
444/2017	53000.007049/2013-82	Associação Porto Real
445/2017	53000.054982/2012-68	Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro
446/2017	53000.030840/2012-13	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde
447/2017	53000.021870/2013-10	Associação Comunitária Terra de Getulina
448/2017	53000.006807/2013-45	Associação Cultural Comunitária de Pedreira
449/2017	53000.015823/2013-29	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu
450/2017	53900.015229/2014-75	Associação Comunitária Cultural Pela Democratização dos Meios de Comunicação Contestado - ACC

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 25/07/2017, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2071410 e o código CRC 3B51B913.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício n° 32943/2017/SEI-MCTIC - Processo n° 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 2071410

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53900.018692/2014-79
Referência: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2103848** e o código CRC **6C1ECC70**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018692/2014-79

SEI nº 2103848

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.018692/2014-79.**

Entidade: **Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos meios de Comunicação de Lebon Régis.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/07/2019, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4346424** e o código CRC **0EDF58E4**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018692/2014-79, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, inscrita no CNPJ nº 03.459.194/0001-86, explore pelo prazo de dez anos a partir de 18 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23337/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6687, de 06 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.018692/2014-79

SEI nº 4346424

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018692/2014-79, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, inscrita no CNPJ nº 03.459.194/0001-86, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lebon Régis, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23337/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6687, de 06 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35859/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.018692/2014-79.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4681417** e o código CRC **D88D1374**.